



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2014



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2014

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr. Silas Munguba,
5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2014

PALAVRA DO PRESIDENTE

No primeiro semestre de 2014, o Banco do Nordeste contratou 2,2 milhões de operações de crédito destinadas aos diversos setores e segmentos da economia regional, quantidade que corresponde a R\$ 9 bilhões em financiamentos concedidos.

Do total contratado, 214 mil operações, equivalentes a R\$ 4 bilhões, foram financiadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* do Banco.

Por isso, merece registro o fato de que o financiamento de empreendimentos com recursos do FNE impacta positivamente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita nos níveis municipal e microrregional, com relevante contribuição ao setor agropecuário.

É o que conclui, preliminarmente, o projeto de monitoramento e avaliação dos impactos sociais e econômicos das aplicações dos fundos constitucionais voltados para a indução do desenvolvimento regional, capitaneado pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Por isso, não deixa de ser alvissareiro para a Instituição e, em particular para seus 6.863 funcionários, constatar que o Banco do Nordeste cumpre sua missão de atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público competitivo e rentável.

Isso posto, convém destacar, da mesma forma, a prioridade dada pelo Banco do Nordeste ao atendimento a micro e pequenos empreendedores, bem como aos agricultores e às agricultoras familiares.

Em um semestre ainda marcado pelos impactos da estiagem que se prolonga há dois anos, o Agroamigo superou a marca de R\$ 2 bilhões em sua carteira ativa, registrando crescimento de 19,7% em relação a dezembro do ano passado.

Já no âmbito do Crediamigo, maior programa de microcrédito orientado da América Latina, foram concedidos R\$ 3,3 bilhões, valores que correspondem a 69,4% do volume total de operações de curto prazo e representam expansão de 24,5% em comparação ao primeiro semestre de 2013.

Além disso, o Banco faz grande esforço para melhorar o relacionamento com os clientes, tendo inaugurado, no primeiro semestre deste ano, 41 novas agências.

Na busca sistemática pela excelência no atendimento, tornou-se fundamental o convênio firmado com a Caixa Econômica Federal para ampliar a capilaridade do Banco e garantir mais comodidade aos clientes, que passarão a realizar transações bancárias, também, em casas lotéricas.

Com atenção absoluta à governança corporativa, o Banco dedicou esforços no sentido de recuperar o crédito, como forma de retroalimentar o sistema de financiamento da economia regional, partindo do pressuposto básico segundo o qual o dinheiro público emprestado deve voltar.

É certo que há, ainda, grandes desafios a serem superados, pois as desigualdades entre as regiões permanecem, mas a organização, ciente do seu papel, acredita no potencial empreendedor dos nordestinos e tem o compromisso assumido de dedicar todas suas forças a essa tarefa.

Nelson Antônio de Souza

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, e 98,63% de seu capital está sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza (CE), o Banco atua nos nove Estados da Região Nordeste, no norte do Estado de Minas Gerais (Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios e 273 agências em sua rede de atendimento.

No primeiro semestre de 2014 foram contratadas 2,2 milhões de operações de crédito destinadas aos setores rural, industrial, infraestrutura, comércio e serviços, correspondendo a R\$ 9,0 bilhões em financiamentos concedidos. Representa um crescimento de 8,9% na quantidade de operações contratadas e um decréscimo de 23,1% do montante financiado em relação ao primeiro semestre de 2013, indicando uma melhor distribuição do crédito, com prioridade no atendimento de micro e pequenos empreendedores. Os empréstimos do FNE foram concedidos para cerca de 214 mil operações e somaram R\$ 4,0 bilhões. O setor rural recebeu R\$ 1,6 bilhões em empréstimos, equivalentes a 41% do valor total contratado pelo FNE.

A carteira de crédito administrada pelo BNB, incluindo-se as operações de crédito realizadas em nome do FNE, totalizou, em 30.06.2014, sem a dedução de provisões, R\$ 52.540,6 milhões, representando um crescimento da ordem de 2,0% em relação ao saldo de R\$ 51.526,1 milhões em 31.12.2013.

O Banco do Nordeste, por meio de seus programas Crediamigo e Agroamigo, atende, respectivamente, o segmento de microfinanças nas áreas urbana e rural. Apoiando as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou 192.250 operações pelo Agroamigo, com crescimento de 0,47% em relação ao mesmo período de 2013, importando em financiamentos de R\$ 664,9 milhões, o que representa uma elevação de 32,87% em relação aos valores alcançados no primeiro semestre de 2013. No Crediamigo, o Banco contratou 1.851.349 operações, no valor de R\$ 3,3 bilhões, representando um crescimento de 24% em relação ao primeiro semestre de 2013. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, e têm como objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população do Nordeste.

Em continuidade ao apoio na concessão de crédito para as micro e pequenas empresas foram contratadas 29.250 operações, totalizando R\$ 1,2 bilhões. Na agricultura familiar, o Banco, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aplicou R\$ 818,8 milhões

neste semestre, incluindo as operações contratadas por meio da metodologia do Agroamigo.

O Banco do Nordeste, na condição de principal agente financiador do setor produtivo na sua área de atuação, deu continuidade às ações que visam à melhoria dos indicadores socioeconômicos e à redução das disparidades regionais, assim como aos programas integrados que possibilitem alcançar esses objetivos. O apoio do Banco aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014 são exemplos dessas ações integradas.

DESTAQUES 2014

Banco é reconhecido como empresa de cidadania corporativa

O Banco do Nordeste foi reconhecido como uma das “100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa” do País, pela revista Gestão RH. A premiação avalia e homenageia empresas sob os aspectos da responsabilidade social e ambiental, ética e relacionamento com os *stakeholders*, qualidade de vida no trabalho e políticas inclusivas.

Com publicação eletrônica e impressa, a revista Gestão RH é direcionada aos profissionais de gestão de pessoas e de negócios, abordando temas da atualidade e de desenvolvimento da gestão de pessoas nas empresas.

FNE tem impacto positivo sobre crescimento do PIB per capita

O FNE, principal *funding* do BNB, apresenta impacto positivo sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita nos níveis municipal e microrregional, com grande contribuição do setor agropecuário. Esta é uma das conclusões preliminares do projeto de monitoramento e avaliação dos impactos sociais e econômicos das aplicações dos fundos constitucionais para desenvolvimento regional. Trata-se de iniciativa entre o Ministério da Integração Nacional (MI) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Carteira ativa do Agroamigo supera R\$ 2 bilhões

A carteira ativa do Agroamigo superou, no primeiro semestre de 2014, a marca de R\$ 2 bilhões. O valor representa crescimento de 19,71% em relação a dezembro de 2013. Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em oito anos de atuação, tornou-se o maior programa de microfinança rural do Brasil.

BNB é uma das melhores empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional

O Banco do Nordeste está entre as 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional (IDHO), segundo

pesquisa realizada pela revista Gestão RH. O BNB também recebeu Destaque Especial em Governança Corporativa, um dos componentes do indicador, ficando entre as 10 melhores empresas neste quesito. Realizada anualmente, a pesquisa se baseia nos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado para medir o desenvolvimento humano nos países. A revista Gestão RH avalia por meio do IDHO as principais práticas adotadas pelas empresas em relação à governança corporativa, ao capital humano, à transparência, à sustentabilidade e à cidadania corporativa. As análises se baseiam no grau de envolvimento da empresa com a comunidade ou sociedade em geral.

BNB recebe homenagem por apoio aos Objetivos do Milênio

O Banco do Nordeste foi homenageado pela Secretaria-Geral da Presidência da República pelo apoio concedido aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM buscam a erradicação da extrema pobreza e da fome, a universalização do ensino básico, a promoção da desigualdade de sexos e autonomia das mulheres, a melhoria da saúde materna, a redução da mortalidade infantil, o combate ao HIV/AIDS, à malária e a outras doenças, a garantia da sustentabilidade ambiental e o estabelecimento de parceria mundial para o desenvolvimento.

Desde 2013, o BNB contribui para o projeto de desenvolvimento de capacidades, de justiça econômica sustentável e promoção de boas práticas para alcance dos ODM.

Fitch renova *rating* do Banco do Nordeste em perspectiva estável

Uma das maiores empresas de classificação de risco do mundo, a Fitch publicou relatório em que renova o *rating* do Banco do Nordeste em BBB Outlook estável. O documento ressalta o fortalecimento do modelo de crédito do BNB, assim como as parcerias desenvolvidas com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal para melhor distribuir os créditos em desenvolvimento, como exemplos de boas medidas adotadas em 2013. Segundo a agência, o Banco do Nordeste também conta com uma confortável reserva para expandir suas atividades de crédito, além de vir obtendo êxito em recuperar créditos problemáticos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

À luz da missão e visão institucionais, do posicionamento estratégico, dos valores e da análise dos ambientes externos e internos do Banco, foram estabelecidos para o período de 2014-2017 vinte e quatro objetivos estratégicos, classificados nas perspectivas institucional, financeira, clientes, processos e competências, formatados no mapa estratégico, segundo a

metodologia do *balanced scorecard*. Esses objetivos estratégicos são mensurados e analisados com a apuração de 38 indicadores de *performance*. Sob a perspectiva institucional, orientada para a contribuição do Banco ao desenvolvimento regional sustentável, estão contemplados quatro objetivos estratégicos, cuja análise dos mesmos, no primeiro semestre de 2014, demonstra o comprometimento do Banco do Nordeste com as políticas econômicas, sociais e ambientais do Governo Federal. Destaca-se a participação do Banco no alcance das metas do Plano Plurianual-PPA 2012-2015, por meio de sua inserção em doze programas temáticos.

No âmbito da perspectiva financeira, voltada para o alcance de resultados operacionais competitivos, os resultados dos objetivos estratégicos desta perspectiva estiveram alinhados ao fortalecimento do Banco como instituição financeira sólida e sustentável. O desempenho operacional no primeiro semestre de 2014 registrou aumento na quantidade de operações financiadas, significando melhor distribuição do crédito e maior apoio aos micro e pequenos negócios. Verificou-se melhoria na eficiência operacional do Banco, caracterizada pela gestão conjunta da margem da intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços em contraponto às despesas administrativas. Observou-se redução significativa nas despesas com provisionamento de crédito, significando uma melhoria na qualidade de risco das operações de crédito.

No contexto da perspectiva clientes, cujo direcionamento é a excelência no atendimento, o foco no primeiro semestre de 2014 esteve voltado para a consolidação da liderança do Banco em microfinanças; o crescimento dos negócios com Micro e Pequenas Empresas; o apoio a empreendimentos estruturantes; e o aumento da base de clientes e do relacionamento com os mesmos. As aplicações no segmento de microfinanças, embora afetadas pela seca, ficaram próximas das metas estabelecidas. O bom desempenho nas aplicações de longo prazo e de MPE tendem a melhorar os resultados em função das novas unidades com ênfase nesses segmentos e na melhoria dos processos operacionais. As captações sofreram restrições no período decorrente da indefinição do cenário econômico, com expectativa de redução da rentabilidade financeira.

A perspectiva de processos, desenvolvida em seis objetivos estratégicos, tem como foco a eficiência operacional, a agilidade da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a melhoria dos produtos e serviços, o aumento dos pontos de atendimento, a redução dos riscos corporativos e a eficiência na recuperação e regularização de dívidas. No primeiro semestre de 2014, foram priorizadas as ações para o atendimento de novas localidades com a abertura de novas agências, contratos de parcerias e o compartilhamento de terminais. Houve acompanhamento sistemático para redução do risco corporativo, divulgação de instrumentos legais e melhores práticas de renegociação, com automatização e simplificação do processo.

Na perspectiva competências, contemplada em cinco objetivos estratégicos, tem-se como prioridade a valorização das competências humanas. As principais ações em 2014 foram direcionadas para a aprendizagem contínua e a gestão por competências, a qualidade de vida e o bem-estar no ambiente de trabalho, além do aprimoramento de processos que permitam o alinhamento organizacional, a tomada de decisões baseada em informações estratégicas e

nos estudos de cenários, e a inovação. A Universidade Corporativa desenvolveu ações para melhorar a educação presencial e à distância.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ativos Totais

Ao final do primeiro semestre de 2014, os ativos totais do Banco do Nordeste atingiram o valor de R\$ 36,4 bilhões, o que representa um acréscimo de 7,7% em relação ao final de 2013. O crescimento dos saldos de ativos do BNB (R\$ 2.589,7 milhões) de dezembro de 2013 para junho de 2014 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

Tabela 1 - ATIVOS GLOBAIS (R\$ Milhões)

Especificação	BNB			FNE		
	30.06.2013	31.12.2013	30.06.2014	30.06.2013	31.12.2013	30.06.2014
Disponibilidades, ^(*) Aplicações Interfinanceiras e TVM.....	20.022,2	19.897,0	22.248,6	899,0	1.766,4	2.915,5
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito.....	-	-	-	5.843,0	5.142,3	5.962,6
Relações Interfinanceiras	393,0	412,1	615,3	1.604,5	1.674,2	1.743,4
Operações de Crédito (Retificado por Provisões).....	10.085,4	10.248,4	10.454,1	37.166,7	39.051,3	40.085,1
Outros Créditos (Retificado por Provisões).....	3.039,3	2.998,5	2.836,4	2,1	7,1	7,1
Outros Valores e Bens	25,3	25,9	25,5	1,2	1,3	1,1
Permanente.....	229,0	235,6	227,3	-	-	-
Total	33.794,2	33.817,5	36.407,2	45.516,5	47.642,6	50.714,8

(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE.

Os ativos totais referentes ao FNE atingiram o patamar de R\$ 50,7 bilhões. O FNE cresceu 6,4%, em decorrência, principalmente, dos ingressos de recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2014, corresponde a R\$ 12,2 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 585,8 milhões (5,0%) em relação a 31.12.2013, quando totalizava R\$ 11,6 bilhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente em Letras Financeiras (LF) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Em atendimento à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de

alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Disponibilidade do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE de R\$ 1,77 bilhões em 2013 aumentou para R\$ 2,92 bilhões em junho de 2014, representando uma variação positiva de 65%. Os recursos comprometidos com operações de crédito tiveram aumento de R\$ 820,3 milhões (16%), com saldo de R\$ 5,1 bilhões em 2013 e de R\$ 6,0 bilhões em junho de 2014. Essas variações são explicadas pelo crescimento do volume de transferências da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de R\$ 3,0 bilhões no primeiro semestre de 2013 para R\$ 3,3 bilhões no primeiro semestre de 2014, e na redução do volume de desembolsos, de R\$ 5,6 bilhões no primeiro semestre de 2013 para R\$ 4,0 bilhões no primeiro semestre de 2014.

Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 30.06.2014, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,21 bilhões. O Capital Social importava em R\$ 2,844 bilhões, representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio, em 30.06.2014, foi de 22,2% a.a..

O Lucro Líquido no primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 326,0 milhões, representando um resultado de R\$ 3,77 por ação.

O FNE apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 50,7 bilhões.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume de Contratações

O volume global de contratações do Banco do Nordeste, no primeiro semestre de 2014, foi composto por cerca de 2,2 milhões de operações de crédito, que totalizaram R\$ 9,0 bilhões. Do valor contratado, R\$ 4,2 bilhões (47,1%) destinaram-se a financiamentos de longo prazo, voltados para investimentos, enquanto R\$ 4,8 bilhões (52,9%) foram destinados para empréstimos de curto prazo.

Tabela 2 - CONTRATAÇÃO GLOBAL

Tipo	2013.1		2014.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Crédito	2.046.027	11.677,9	2.228.341	9.012,2	-22,8%
Longo Prazo	266.351	7.160,7	220.530	4.245,3	-40,7%
Curto Prazo	1.779.676	4.517,2	2.007.811	4.766,9	5,5%
Mercado de Capitais	1	38,0	0	-	-100,0%
Total	2.046.028	11.715,9	2.228.341	9.012,2	-23,1%

* Valores em R\$ milhões

Do valor contratado em operações de longo prazo (que englobam financiamentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e

serviços), R\$ 2,5 bilhões foram destinados a clientes de pequeno porte, o que corresponde a 58,8% do volume investido nessa modalidade.

Nas operações de curto prazo (que abrangem câmbio, capital de giro, conta garantida, microcrédito e desconto) houve aumento de 5,5% no volume contratado em relação ao primeiro semestre de 2013.

Tabela 3 - EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Produto	2013.1		2014.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Crediamigo	1.614.214	2.658,1	1.851.349	3.308,3	24,5%
CDC/Capital de Giro	22.101	875,4	14.831	594,8	-32,1%
Conta Garantida	15.673	414,5	15.537	280,8	-32,3%
Câmbio	107	402,6	103	373,1	-7,3%
Desconto	127.581	166,6	118.185	170,9	2,6%
Cartão de Crédito	0	-	7.806	39,0	-
Total	1.779.676	4.517,2	2.007.811	4.766,9	5,5%

* Valores em R\$ milhões

Por intermédio do programa Crediamigo, foram concedidos R\$ 3,3 bilhões, o que corresponde a 69,4% do volume total de curto prazo e representa uma expansão de 24,5% em relação primeiro semestre do ano anterior. Tais números reforçam o compromisso do Banco do Nordeste com o micro e pequeno empreendedor da região.

Tabela 4 - CONTRATAÇÃO GLOBAL POR PORTE

Porte	2013.1		2014.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Pequeno	2.021.099	6.086,4	2.205.114	6.475,4	6,4%
Médio	21.524	2.110,2	19.798	858,7	-59,3%
Grande	3.404	3.481,3	3.429	1.678,1	-51,8%
Total	2.046.027	11.677,9	2.228.341	9.012,2	-22,8%

* Valores em R\$ milhões

De modo global, os valores destinados a clientes de pequeno porte aumentaram em 6,4% em relação ao primeiro semestre do exercício anterior, alcançado o volume de R\$ 6,5 bilhões, correspondendo a 71,9% do volume total contratado.

Na distribuição das contratações globais por setor econômico, houve crescimento de 5% no setor de comércio e redução nos demais setores, em comparação ao primeiro semestre de 2013.

Tabela 5 - CONTRATAÇÃO GLOBAL POR SETOR ECONÔMICO

Setor	2013.1		2014.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Rural	255.371	2.543,2	204.515	1.659,1	-34,8%
Industrial	28.316	2.132,4	54.840	1.982,6	-7,0%
Infraestrutura	22	910,5	-	-	-
Comércio	1.738.338	4.416,8	1.952.141	4.638,4	5,0%
Serviços	23.980	1.674,9	16.845	732,1	-56,3%
Total	2.046.027	11.677,9	2.228.341	9.012,2	-22,8%

* Valores em R\$ milhões

Os valores destinados ao setor de rural somaram R\$ 1,7 bilhão, representando 18,4% do volume contratado. Para o setor industrial foi destinado 22,0% dos recursos (R\$ 2,0 bilhões); para o setor de serviços 8,1% (R\$ 732,1 milhões) e para a o setor de comércio foram destinados R\$ 4,6 bilhões, que correspondem a 51,5% do volume total de contratações no semestre.

Do volume total contratado no 1º semestre de 2014, R\$ 4,0 bilhões (44,4% do total) tiveram o FNE como fonte recursos. Destes, R\$ 2,4 bilhões foram contratados com clientes de pequeno porte, o que corresponde a 58,9% do valor contratado com esta fonte de recursos.

Tabela 6 - CONTRATAÇÕES COM FONTE FNE, POR PORTE

Porte	2013.1		2014.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Pequeno	264.252	2.801,4	213.946	2.357,9	-15,8%
Médio	466	881,0	381	531,2	-39,7%
Grande	106	2.596,0	65	1.114,6	-57,1%
Total	264.824	6.278,4	214.392	4.003,7	-36,2%

* Valores em R\$ milhões

Na perspectiva dos setores econômicos, a maior parte dos recursos contratados com fonte FNE no 1º semestre de 2014 destinou-se ao setor rural (R\$ 1,6 bilhão que corresponde a 41,0% do volume contratado com esta fonte).

Tabela 7 - CONTRATAÇÃO FNE, POR SETOR

Setor	2013.1		2014.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Rural	483.855	2.513,7	204.028	1.640,8	-34,7%
Industrial	3.189	1.510,7	1.492	1.056,5	-30,1%
Infraestrutura	1	76,8	-	-	-
Comércio	7.139	819,1	7.257	654,1	-20,1%
Serviços	1.814	1.358,1	1.615	652,3	-52,0%
Total	495.998	6.278,4	214.392	4.003,7	-36,2%

* Valores em R\$ milhões

Para o setor industrial foi destinado R\$ 1,1 bilhão (26,4% do total); para o setor serviços R\$ 652,3 milhões (16,29% do total) e para o setor de comércio R\$ 654,1 milhões (16,34% do total).

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

O Banco do Nordeste apresentou melhoria em sua eficiência operacional, caracterizada pela gestão conjunta da margem da intermediação financeira e de receitas de prestação de serviços em contraponto à gestão das despesas administrativas. Comparando-se o primeiro semestre de 2014 com o mesmo período de 2013, verifica-se uma melhoria em 14,5 pontos percentuais (68,7% no 1º Sem/2014, contra 83,2% no 1º Sem/2013).

Com relação à gestão da margem financeira, destaca-se em 2014 uma redução significativa nas despesas com provisionamento de crédito no valor R\$ 386,9

milhões, significando uma melhoria na qualidade de risco das operações de crédito, com reflexo direto na elevação da margem da intermediação financeira.

O BNB também apresentou crescimento de receitas de prestação de serviços, as quais atingiram o montante de R\$ 938,5 milhões no primeiro semestre de 2014, com um acréscimo de R\$ 93,6 milhões em relação ao mesmo período de 2013.

As despesas administrativas no primeiro semestre de 2014 apresentaram um acréscimo de 20% (R\$ 201,6 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. Esse aumento é explicado pelos seguintes fatores:

- Despesas de Pessoal - Aumento de 32,1% nas despesas de Proventos, Encargos e Benefícios, correspondendo a um incremento de R\$ 169,4 milhões em face: principalmente do Plano de Incentivo ao Desligamento instituído em Fev/2014, com despesas provisionadas de R\$ 101,5 milhões; do impacto do acordo salarial com aumento de 8%, vigente a partir de setembro de 2013; da admissão de 849 novos empregados, no período de Junho de 2013 a Junho de 2014; e do aumento de R\$ 4 milhões nas despesas relacionadas com Treinamento.
- Outras Despesas Administrativas - Verifica-se neste grupo de despesas um aumento de 10,4% no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013, correspondendo a R\$ 40 milhões. As elevações mais significativas foram: i) Processamento de Dados, acréscimo na ordem de R\$ 14,1 milhões, ii) Serviços de Terceiros, aumento de R\$ 13,3 milhões, iii) Propaganda e Publicidade, na ordem de R\$ 11,9 milhões, iv) Vigilância e Segurança, aumento de R\$ 3,1 milhões, v) Serviços referentes ao Sistema Financeiro, acréscimo de R\$ 2,6 milhões, vi) despesas de Aluguel, aumento de R\$ 2,3 milhões, vii) despesas de Depreciação, aumento de R\$ 2,2 milhões e viii) aporte extraordinário para a Camed no valor de R\$ 2,0 milhões. As principais reduções ocorreram nos itens i) Fundos de Desenvolvimento (Fundeci, FDR e Fase), redução de R\$ 6,5 milhões; ii) Promoções e Relações Públicas, redução de R\$ 3,4 milhões e iii) Manutenção e conservação de bens, redução na ordem de R\$ 2,7 milhões.

A despeito do aumento das despesas administrativas, houve melhora na eficiência operacional, uma vez que o desempenho da margem e das receitas suplantaram sobremedida esse acréscimo.

Destaca-se, ainda, que o resultado da gestão das despesas foi positivo, considerando os seguintes fatos:

- O Banco implantou um programa de incentivo ao desligamento, o qual foi responsável por despesas adicionais no volume de R\$ 101,5 milhões.
- Foram inauguradas 57 novas agências nos últimos doze meses.
- O valor orçado para o período representou uma economia total de R\$ 162,4 milhões.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO POR SEGMENTO

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. No Nordeste do Brasil, este segmento representa 92,7% dos estabelecimentos rurais, correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,8 milhões de pessoas ocupadas na agricultura. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 6,6 bilhões, o que corresponde a 1,42 milhão de operações.

No primeiro semestre de 2014, o Banco contratou 199.837 operações com agricultores familiares, envolvendo recursos totais de R\$ 818,8 milhões, sendo que 66,8% dos valores financiados foram destinados à região Semiárida. Estão inseridas as operações realizadas pela metodologia do Agroamigo.

Programas de Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento e Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

No primeiro semestre de 2014, pelo programa CPR foram contratadas 242 operações, no valor total de R\$ 3,5 milhões. Dessas contratações existem casos de elevação de crédito para efeito de individualização de operações. Quanto ao SIC, foram contratadas 13 operações, no valor total de R\$ 3,1 milhões.

No mesmo período, por meio do programa CAF, foram contratadas 50 operações, no valor total de R\$ 345 mil. Dessas contratações existem casos de elevação de crédito para efeito de individualização de operações.

Microfinança Rural

O Agroamigo, lançado em 2005, se propõe a melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar enquadrado como Pronaf Grupo B.

Com metodologia própria, adaptada às condições do meio rural, cuja principal característica é o atendimento integral a partir da forte presença do assessor de microcrédito nas comunidades, o Programa incentiva o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias.

Em 2012, a metodologia do Agroamigo foi expandida para mutuários enquadrados nos demais grupos do Pronaf, concebendo-se duas modalidades

de atendimento aos agricultores familiares pelo Agroamigo: o Agroamigo Crescer, que atende aos clientes enquadrados no Grupo B do Pronaf; e o Agroamigo Mais, que atende aos clientes enquadrados nos demais grupos do Pronaf, exceto A e A/C em operações de até R\$ 15 mil.

Tabela 8 - AGROAMIGO - CONTRATAÇÕES 1º SEMESTRE/2014

Agroamigo	2013.1		2014.01		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Total	191.349	500.383,80	192.245	664.088,60	32,72%

*Valores em R\$ Mil

O Agroamigo também trabalha com foco na inclusão financeira e conscientização ambiental dos microempreendedores. No primeiro semestre de 2014, mais de 162 mil agricultores atendidos pelo Programa possuem conta-corrente e/ou poupança no Banco do Nordeste.

Microfinança Urbana

O Banco do Nordeste emprestou, por meio do Crediamigo, R\$ 3,3 bilhões no primeiro semestre de 2014, correspondente à realização de 1,8 milhões de operações no mesmo período. Na posição 30.06.2014, o Crediamigo atingiu a marca de 1.764.347 clientes com empréstimos ativos. A capacidade operacional do Crediamigo alcançou a média quantitativa de 15.175 desembolsos realizados por dia.

Tabela 9 - CREDIAMIGO - INDICADORES

Indicadores	1º Sem 2013	1º Sem 2014	% Var
Operações Contratadas	1.614.214	1.851.349	15%
Valor Desembolsado R\$*	2.658.089	3.308.334	24%
Clientes Ativos	1.499.840	1.764.347	18%
Carteira Ativa R\$*	1.831.485	2.333.635	27%

*Valores em R\$ Mil

Quanto à inadimplência, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 0,96%.

Pequeno e Miniprodutor Rural (PMPR)

O segmento de Pequeno e Miniprodutor Rural é composto por clientes produtores rurais que apresentam faturamento bruto anual até R\$ 3,6 milhões.

Tabela 10 - PMPR - CONTRATAÇÕES FNE (Em R\$ milhões)

Descrição	2013.1	2014.1	Variação Valor
Contratado FNE	391,7	341,3	-13%

No primeiro semestre de 2014, somente com recursos do FNE, foram contratadas operações de crédito rural no valor total de R\$ 341,3 milhões, financiando os investimentos e custeios agropecuários, atingindo 37% da meta anual de R\$ 926,0 milhões.

Micro e Pequena Empresa

O segmento de Micro e Pequena Empresa é composto por clientes que apresentam faturamento bruto anual até R\$ 3,6 milhões.

Tabela 11 - MPE - CONTRATAÇÕES FNE E RECIN (Em R\$ milhões)

Posição	2013.1	2014.1	Variação
Qte Clientes Atendidos	12.945,0	13.085,0	1,1%
Contratado RECIN	240,7	340,9	41,6%
Contratado FNE	746,8	854,3	14,4%
Contratado Total	987,5	1.195,2	21,0%

O Banco do Nordeste financiou, no primeiro semestre de 2014, o montante de R\$ 1.195,2 milhões referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazos, sendo R\$ 854,3 milhões com recursos do FNE, relativas às operações de longo prazo, e R\$ 340,9 milhões em operações de crédito de curto prazo com recursos internos.

Pessoa Física

O segmento de Pessoa Física é composto por clientes sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, sócios de cooperativas e sindicatos de classe, profissionais liberais, aposentados do INSS e outras pessoas físicas em geral.

A carteira ativa do segmento é constituída por cerca de 116 mil clientes com um saldo ativo de R\$ 731,5 milhões, na posição de 30.06.2014.

Tabela 12 - PF - CONTRATAÇÕES FAT (Em R\$ milhões)

Descrição	2013.1	2014.1	Variação Valor
Contratado FAT	6,5	2,1	-68% (*)

(*) Recursos contingenciados pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat).

O Banco do Nordeste destinou, no primeiro semestre de 2014, o montante de R\$ 2.158,8 mil referentes às contratações com recursos do FAT Proger Investimento, financiando profissionais liberais e sócios de cooperativas, contribuindo para o desenvolvimento de transporte urbano e de turismo.

Empresarial

O segmento Empresarial é composto por empresas de Pequeno-Médio, Médio e Grande Portes, ou seja, abrange as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões até R\$ 200 milhões.

No primeiro semestre de 2014, o Banco alcançou os seguintes resultados na sua atuação no segmento Empresarial, na posição de 30.06.2014:

- Ativo total da ordem de R\$ 14.741,6 milhões.
- Contratações de crédito de curto prazo e câmbio no valor de R\$ 1.325,2 milhões.
- Contratações de crédito especializado, incluindo as operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 846,8 milhões.

Agronegócios

O segmento Agronegócios Pessoa Física é composto por produtores rurais de Pequeno-Médio, Médio e Grande portes, ou seja, abrange todos os clientes que possuem renda bruta anual superior a R\$ 3,6 milhões.

No primeiro semestre de 2014, o Banco alcançou os seguintes resultados na sua atuação no segmento Agronegócios Pessoa Física, na posição de 30.06.2014:

- Ativo total da ordem de R\$ 2.107,8 milhões.
- Contratações de crédito de curto prazo e câmbio no valor de R\$ 155,1 milhões.
- Contratações de crédito especializado, incluindo as operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 263,2 milhões.

Corporate

O segmento *Corporate* é composto por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200,0 milhões.

No primeiro semestre de 2014, o Banco alcançou os seguintes resultados na sua atuação no segmento *Corporate*, na posição de 30.06.2014:

- Contratação de operações de investimento com recursos do FNE, no valor de R\$ 850,6 milhões.
- Contratações de crédito de curto prazo no valor de R\$ 101,3 milhões.
- Contratação de operações de custeio com recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) no valor de R\$ 9,0 milhões.
- Contratação de operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e importação financiada com recursos externos no valor de R\$ 258,4 milhões.

Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas "não dependentes", conforme legislação vigente.

Até o primeiro semestre de 2014, os negócios realizados pelo Banco com o Segmento Governo, por meio da contratação de operações de crédito e captação de recursos, alcançaram, respectivamente, R\$ 1,3 bilhão de saldo devedor e R\$ 1,03 bilhão em aplicações financeiras, com um total de 1.964 clientes.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

O relacionamento com o cliente no Banco do Nordeste envolveu ações visando melhorar e expandir os canais de atendimento, a gestão da marca, os patrocínios, a ouvidoria e o processo de crédito.

O Banco lançou o Cartão Agronegócio, colocado à disposição das Agências para suprir os clientes de recursos financeiros destinados ao custeio agropecuário. Com esse cartão, os clientes do BNB poderão adquirir insumos em estabelecimentos credenciados pela Cielo, utilizando um limite pré-definido. O cartão atende produtores de qualquer porte em custeios de valor até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo exclusivo para a aquisição de insumos e não podendo ser utilizado para outras operações, como saques ou compras fora dos estabelecimentos credenciados. O uso do Cartão permite racionalização na concessão de créditos de custeio, com a redução do fluxo de documentos e eliminação do procedimento próprio do crédito tradicional, resultando em menos tempo e em menor custo operacional para o Banco.

No que se refere à expansão dos canais de atendimento, foram inauguradas 41 agências no primeiro semestre de 2014.

O Centro de Relacionamento com Clientes realizou 722.405 atendimentos no período em referência, prestando serviços tais como: orientação empresarial voltada para negócios, administração de crédito, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e atendimento eletrônico.

Neste período, foi lançado o primeiro edital para seleção de projetos de patrocínio, com o objetivo de selecionar projetos convergentes com a atuação do Banco, em toda sua área de atuação, para serem implementados até dezembro de 2014. Os projetos selecionados serão implementados até 2015. Os Centros Culturais do Banco do Nordeste instalados em Fortaleza (CE), Juazeiro do Norte (CE) e Souza (PB) realizaram, no primeiro semestre, 1.228 eventos, nos quais receberam público de 275.809 visitantes.

A Ouvidoria do Banco do Nordeste, conforme disciplina a Resolução CMN/BACEN nº 3.849/10, é o canal de comunicação que atua como instância recursal na resolução das demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços do Banco, inclusive no que concerne à eventual mediação de conflitos.

No primeiro semestre de 2014, a Ouvidoria recebeu 313 manifestações distribuídas da seguinte forma:

Tabela 13 - Manifestações para Ouvidoria

Natureza	Total	%
Reclamação	188	60,0
Denúncia	106	33,9
Informação	14	4,5
Sugestão	5	1,6
Total	313	100,0

TECNOLOGIA

Diversas ações foram desenvolvidas na Área de TI, das quais é possível destacar:

- Disponibilização de toda a infraestrutura necessária ao pleno funcionamento das 41 novas agências implantadas no decorrer do primeiro semestre de 2014, o que contribuiu com a expansão dos negócios do Banco do Nordeste.
- Implantação de um sistema de Gerenciamento de Atendimento para todas as Agências do Banco com propósito de fornecer às agências maior gestão nas filas, o que possibilita, inclusive, a redução no tempo de espera dos clientes e adequação a normativo legal.
- Modernização do parque de Terminais de Autoatendimento com a aquisição de 530 terminais visando à melhoria no atendimento dos clientes do Banco.
- Oferta de cartão de crédito para os clientes do Banco, ampliando o portfólio de produtos para o segmento de varejo e a receita de produtos e serviços bancários.
- Realização de procedimento de conversão de ações preferenciais do Banco para ações ordinárias, com vistas a elevar o nível de governança corporativa, aumentar a liquidez das ações do BNB no mercado e tornar igualitários os direitos de todos os acionistas do Banco.
- Adequação do Sistema de Convênio (Siconv) às especificações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), fornecendo a possibilidade de resgate de valores financeiros e encerramento de convênios.
- Construção de uma ferramenta de gestão orçamentária.
- Ações realizadas em cumprimento aos acórdãos 748/2014 e 754/2014, em que o Tribunal de Contas da União (TCU) determina que as ações realizadas no atendimento destes acordãos fossem publicadas neste relatório:
 - Conclusão, em junho de 2014, da fase de piloto (monitoração dos principais indicadores do Planejamento Estratégico da TI - Peti) do projeto Gestão por Indicadores.
 - Normatização das informações que devem estar contidas na fundamentação das contratações de produtos e serviços de Tecnologia da Informação, das quais, exige-se o alinhamento ao Peti e a justificativa da contratação reportando os resultados a serem alcançados.

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Desenvolvimento Regional

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) é a área do Banco do Nordeste responsável pela elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, coordenação e avaliação de políticas e programas, além da edição de publicações técnicas produzidas pelo próprio Etene, como por outras instituições parceiras e envolvidas com o desenvolvimento regional e outros temas de interesse do Banco.

Podem-se destacar análises sobre mudanças estruturais da economia nordestina com a implantação de grandes indústrias fornecedoras de matérias-primas que permitirão a redução da dependência do Nordeste desses insumos, hoje comprados de outras Regiões. Tais empreendimentos contaram com o apoio do Banco do Nordeste e análises do Etene sob a perspectiva do Desenvolvimento.

O Etene operacionaliza o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com recursos para projetos de pesquisas, difusão de tecnologias, experiências de pesquisas, estudos socioeconômicos e projetos sociais.

Para o Fundeci, foram destinados recursos para o projeto de implantação de uma microdestilaria de álcool, de baixo custo e alto valor agregado, no âmbito da Agricultura Familiar do município de Palmeira do Piauí, utilizando como fontes de matéria-prima a cana-de-açúcar e a batata doce, para produção de energia (álcool carburante), como alternativa de produção de energia limpa e renovável, bem como para projeto de análise, organização e fortalecimento de arranjo produtivo local de piscicultura da Barragem do Castanhão, no Ceará.

Para o Fase, foram aprovados diversos eventos com os destaques para: “III Conferência Internacional sobre Adaptação a Mudanças Climáticas - *Adaptation Futures 2014*”, que visou contribuir para um esforço global de debate e fomento a pesquisas na área de Adaptação às Mudanças Climáticas; “II *Inovagri International Meeting*”, que se destina ser uma ferramenta de produção científica, troca de experiências e oportunidades nesta importante atividade do agronegócio brasileiro que é a agricultura irrigada.

Aprovado o Aviso Etene/Fundeci 01/2013 - “Apoio à Pesquisa e Difusão de Tecnologias de Combate à Desertificação e/ou Convivência com o Semiárido”, que objetiva contribuir com a execução de projetos de pesquisa ou difusão que visem à prevenção e ao controle de processos de desertificação ou proponham soluções de convivência com o Semiárido. O montante disponibilizado para este Aviso foi de R\$ 3 milhões.

Com observância do marco regulatório do FNE, o Etene formula ou atualiza programas setoriais e multissetoriais, regras de priorização de apoio aos menores portes, de incentivo a atividades prioritárias e à sustentabilidade ambiental. Essas regras integram a Programação do FNE, juntamente com as projeções de aplicação por Estado, Porte, Setor Econômico, Programa de Financiamento, Semiárido, dentre outros critérios de distribuição dos financiamentos com recursos do FNE e orientam a ação creditícia do BNB que, no primeiro semestre de 2014, atingiu R\$ 4,0 bilhões, em 214.392 operações de crédito, com valor médio de R\$ 18.657,41 por operação.

Para promover maior acesso dos empreendedores de menor porte aos recursos do FNE, o Etene coordena regionalmente a realização do FNE Itinerante, série de eventos voltados para a informação e atendimento presencial para ampliação do apoio creditício a micro e pequenas empresas (MPEs) e micro empreendedores individuais (MEIs), com foco em cidades que não contam com agência do BNB e que tenham economia estagnada ou de baixa renda, localizadas preferencialmente no Semiárido.

De janeiro a junho de 2014 foram realizados 60 eventos FNE Itinerante, dos quais 36 no Semiárido, com a participação de cerca de 4.000 empresários de micro e pequeno portes e empreendedores individuais.

Desenvolvimento Territorial

O Banco do Nordeste conta com seus Agentes de Desenvolvimento distribuídos nos diversos territórios nordestinos, trabalhando para implementar a

estratégia corporativa de Desenvolvimento Territorial, atuando principalmente na execução de políticas públicas governamentais e na qualificação do crédito por meio do fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e da estruturação de atividades econômicas importantes para a Região.

No que concerne à execução de políticas públicas no primeiro semestre de 2014, vale destacar a forte atuação dos Agentes de Desenvolvimento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Conab) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - Merenda Escolar (PNAE).

O Programa Cisternas é outra importante política pública do Governo Federal que também conta com o apoio do Banco do Nordeste, e que se torna ainda mais importante neste período de estiagem prolongada que a região está enfrentando. O Programa visa à ampliação das condições de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, beneficiando famílias de baixa renda que vivem em áreas rurais do Semiárido. No âmbito do contrato celebrado entre o Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a construção de 30.133 cisternas nos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba, foram construídas 6.684 entre os meses de janeiro e junho de 2014. Simultaneamente, 14.933 famílias foram capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), para garantir o melhor aproveitamento dos benefícios do programa.

Sustentabilidade

Foi realizado o acompanhamento dos resultados das contratações relacionadas ao meio ambiente e à inovação, registrando, no primeiro semestre de 2014, a realização de 2.185 operações, no montante de R\$ 75,38 milhões, contratados nos programas ambientais FNE Verde.

Foi elaborado o Relatório de Sustentabilidade 2013, padrão *Global Reporting Initiative (GRI)*, que passou do nível C para B, incluindo a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa) e a Comunicação de Progresso (COP), do Pacto Global. Também foram realizadas ações para a elaboração da Política Socioambiental do Banco do Nordeste, em consonância com a Resolução do BACEN nº 4.327, de 25.04.2014.

Foi editada cartilha sobre financiamento ao manejo florestal sustentável da Caatinga. Por meio de *infomails* semanais aos colaboradores, foi realizada a divulgação interna das linhas de crédito verde.

O Banco realizou a 2ª etapa da Campanha FIA 2013, ocorrida nos meses de março e abril, que mobilizou colaboradores do Banco a efetuarem doações em prol dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA).

Houve, ainda, a realização da 2ª edição do Prêmio Práticas Socioambientais, resultando na premiação de 20 iniciativas de Responsabilidade Socioambiental (RSA) desenvolvidas nas unidades.

No Portal da Sustentabilidade, foram realizadas diversas atividades, incluindo 22 edições da amostra do orgânico e sete edições do *Showroom Social*. Ainda no Centro de Treinamento do Banco, foram realizadas três palestras sobre a atuação do Banco em ações de Sustentabilidade para 172 novos empregados do BNB.

Teve continuidade o acompanhamento da execução do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), junto ao Ministério das Cidades e às entidades governamentais e não governamentais.

Por fim, no tocante à parceria e com a *Deutsche Gesellschaft Fur Internationale Zusammenarbeit (GIZ)*, foi realizada capacitação sobre o financiamento de sistemas fotovoltaicos e energia heliotérmica.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No primeiro semestre de 2014, foram realizadas revisões na estrutura organizacional do Banco objetivando os seguintes benefícios:

- Elevação da capacidade operacional e gerencial frente às demandas.
- Foco do corpo gerencial para o planejamento, construção e consolidação de fatores que garantirão os objetivos planejados, a sucessão gerencial, a continuidade dos negócios empresariais e o cumprimento das metas.
- Possibilidade de construção de agenda que permita o desenvolvimento e a capacitação dos recursos humanos.
- Redistribuição e reorganização das atividades e da carga de trabalho das Unidades.
- Gestão de Riscos e de *Compliance*.
- Elevação da captação de recursos.
- Aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão.
- Aperfeiçoamento dos processos internos.
- Otimização dos resultados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna; e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém, ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

No primeiro semestre de 2014, o Regimento Interno da Diretoria Executiva foi aprovado pelo Conselho de Administração e amplamente divulgado com todos os que fazem o Banco do Nordeste, além da publicação em sua página na Internet. O documento é importante instrumento de fortalecimento da Governança Corporativa do Banco na medida em que disciplina regras estabelecidas no Estatuto Social do Banco relativas ao funcionamento da Diretoria, contemplando, de forma detalhada, assuntos pertinentes às pautas das reuniões, às deliberações tomadas, à secretaria das reuniões, ao assessoramento, dentre outros temas.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse Código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição.

Conforme previsto na legislação, encontram-se centralizados na Comissão de Ética do Banco os trabalhos voltados para o estabelecimento de elevados padrões éticos institucionais e as ações efetivas para cumprimento do Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, no cumprimento de sua responsabilidade de assessorar a alta administração e colegiados estatutários com informações sobre a eficácia do gerenciamento de riscos da Instituição, realizou 14 trabalhos de auditoria no primeiro semestre de 2014, sendo quatro trabalhos em processos de negócios e de suporte, dois relacionados à tecnologia da informação, quatro de auditoria contínua e quatro para cumprimento de exigências legais.

Foram realizados trabalhos específicos de acompanhamento, que consistem em verificar o atendimento das recomendações e determinações mais relevantes registradas pela Auditoria Interna, por órgãos de controle e fiscalização e pela auditoria externa.

Os trabalhos geraram recomendações aos gestores e intervenientes dos processos, possibilitando a melhoria da gestão dos riscos dos processos da Instituição e do respectivo fortalecimento do seu sistema de controle interno e governança corporativa.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O valor total regularizado no primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 775.983 mil, representando o cumprimento de 62,08% da meta parcial, e 31,04% da meta estabelecida para o ano, propiciando recebimentos em espécie na ordem de R\$ 197.448 mil. Foram regularizadas 84.335 operações, sendo 73.026 operações com a fonte FNE e 11.309 com outras fontes. Do total, R\$ 186.366 mil corresponde à regularização de 60.400 operações de clientes do Pronaf.

Tabela 14 - OPERAÇÕES REGULARIZADAS EM 30.06.2014

(Em R\$ Mil)

VALOR RENEG.	VALOR ESPÉCIE	RESULTADO	META PARCIAL (30/06/2014)	% DESEMP. META PARCIAL	META RECEB ESPÉCIE	% DESEMP. ESPÉCIE	META ANUAL	% DESEMP. META ANUAL
578.535	197.448	775.983	1.250.006	62,08%	249.999	78,98%	2.500.000	31,04%

GESTÃO DE RISCOS

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais desta Instituição, de forma a disponibilizar informações que subsidiem as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos.

Para garantir a implantação das diretrizes e políticas de gestão de riscos, o Banco do Nordeste conta, em sua estrutura, com o Comitê de Gestão de Riscos, que se reúne, ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

No risco de crédito, destacam-se as seguintes ações em 2014:

- Aperfeiçoamento das ações de monitoramento do risco de concentração da carteira de crédito.
- Monitoramento das operações aprovadas pelos comitês estaduais especificamente quanto ao objetivo de manter no mínimo 80% da carteira de crédito nos níveis de risco de "AA" até "C".
- Monitoramento da movimentação entre classes de *rating* da carteira de crédito (índices de mobilidade e estabilidade).
- Aperfeiçoamento de procedimentos relacionados ao gerenciamento do processo de classificação de riscos, para fins de geração de informações gerenciais sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Metodologia de avaliação de risco cliente e cálculo de Limite de Risco Global (LRG) para instituições financeiras.

A Gestão dos Riscos de Mercado e de Liquidez segue o disposto na Política Corporativa de Gestão de Riscos, pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco e no controle dos limites para posições, dividido em limites para exposição a taxas de juros e exposição a taxas de câmbio. Além disso, é monitorado o risco de mercado da carteira de não negociação (*Banking Book*) mediante a aplicação da metodologia de *Value at Risk (VaR)* paramétrico e o indicador do nível de **cobertura de liquidez**.

Com relação ao risco de mercado e de liquidez, foram implementadas as ações a seguir:

- Cálculos automatizados de teste de aderência e de testes de estresse de risco de mercado.
- Cálculo e divulgação diária de indicadores de liquidez intradia.
- Melhorias em diversas funcionalidades de controle gerencial (fluxo de caixa, exposição cambial, projeções de indexadores, etc.).

Na visão corporativa, o tema Gerenciamento do Risco Operacional é apresentado de acordo com a configuração "grupo de processos Gestão de Riscos" e, dentro deste grupo, surgem quatro processos específicos, quais sejam: identificação e análise de riscos operacionais, mensuração de riscos operacionais, acompanhamento das ações mitigadoras de risco e administração de perdas operacionais.

No tocante à gestão do risco operacional, destacam-se as seguintes ações:

- Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a nova Arquitetura Organizacional decorrente da reestruturação da Direção Geral ocorrida em 2013.
- Cálculo da Parcela de Alocação de Capital (POPR).
- Realização de Autoavaliação de Processos (RCSA).
- Acompanhamento trimestral do Plano de Providências de Ações Mitigadoras - trimestralmente.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controle Interno do Banco do Nordeste tem como pilares: as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; e o elevado grau de compromisso de seu pessoal em atuar com competência e com ampla transparência.

Visando o fortalecimento dos controles internos de produtos e processos com gestão centralizada nas Unidades da Direção Geral, foram realizadas atividades de avaliação e de certificação de conformidade de diversos processos.

Destacam-se a promoção da cultura de controles internos de modo transversal na instituição, por meio da utilização dos canais de comunicação corporativos, divulgação de relatórios periódicos, requisição de Planos de Mitigação de Riscos e Providências, e participação no Programa de Ação do Banco, na variável *Rating* de Conformidade.

GESTÃO DE PESSOAS

O Banco do Nordeste encerrou junho de 2014 com 6.863 empregados, 412 bolsistas de nível médio, 526 bolsistas de nível superior e 161 adolescentes. Busca-se promover a formação técnico-profissional destes adolescentes em cumprimento à Lei da Aprendizagem Profissional nº 10.097.

No decorrer do primeiro semestre de 2014, diversas ações foram desenvolvidas. Dentre essas ações podem ser destacadas:

- Convocação de 1.435 novos funcionários para suprir a demanda decorrente da abertura de vagas de bancários para a expansão da rede de agências.
- Realização de novo concurso público para Analista Bancário, visando suprir as necessidades de pessoal com a criação de novas unidades, bem como de substituição de empregados que aderiram ao Programa de Incentivo ao Desligamento, com aprovação de 1.432 candidatos.
- Implantação de Plano de Incentivo ao Desligamento, objetivando criar condições atrativas e responsáveis para que empregados aposentados pelo INSS ou em condições de aposentar-se possam, espontaneamente, decidir pelo desligamento do Banco, o que permitiria a contratação de novos empregados, com a adesão de 541 empregados. Até junho de 2014 desligaram-se 251 empregados.
- Realização de campanhas de saúde, em parceria com órgãos externos, visando à prevenção tanto de doenças ocupacionais quanto de outras enfermidades.
- Implantação do Programa de Qualidade de Vida, com retorno do Programa de Ginástica Laboral para todas as unidades do Banco.
- Implantação da Lei 12.813/2013, que trata do conflito de interesses e autorização para o exercício de atividade extra Banco, bem como seu disciplinamento.

Além disso, no primeiro semestre de 2014, o programa de educação formal ofertou 120 novas oportunidades, das quais 34 para programas de graduação, 80 para especialização e MBA e 6 para mestrado.

Nesse mesmo período, foram realizadas 13.600 oportunidades de treinamento, sendo 10.205 (75%) de educação à distância e 3.275 (24%) de cursos presenciais, além dos já mencionados 120 (1%) destinadas à educação formal. Para atender à regulamentação do Banco Central do Brasil, por meio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

(Anbima), o Banco conta com 2.652 empregados com a Certificação Profissional CPA-10 e 428 com a CPA-20.

Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou, até junho de 2014, 93% dos seus empregados.

ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE

Capecf – Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capecf) administra dois planos previdenciários: o plano de Benefício Definido - BD, plano fechado para ingresso de novos participantes, desde 2002, e o de Contribuição Variável - CV I, criado em 2010 com o objetivo de disponibilizar uma solução previdenciária para os novos funcionários que ingressaram no Banco a partir de 2002.

O Plano BD encerrou o primeiro semestre de 2014 com 2.086 participantes ativos, 3.518 aposentados e 1.125 beneficiários de pensão. Já o plano CV I encerrou o primeiro semestre de 2014 com 4.222 participantes ativos, 2 aposentados e 8 beneficiários de pensão.

Impulsionado por uma eficiente estratégia na gestão dos recursos, o desempenho dos investimentos do plano BD obteve, no primeiro semestre de 2014, uma rentabilidade de 7,30% ao ano equivalente a 110% da sua meta atuarial, de 6,64% ao ano.

O plano CV I, criado em maio/2010, é um plano que está em fase de acumulação de reservas. No primeiro semestre de 2014, o plano obteve uma rentabilidade de 6,19%, equivalente a 96% da sua meta atuarial, de 6,47% ao ano. No entanto, as estratégias na gestão desses recursos projetam resultados que deverão superar as metas atuariais no médio e longo prazos.

Camed – Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB

A Camed foi criada em 1979 para prestar assistência médico-hospitalar e odontológica aos funcionários do Banco do Nordeste e seu grupo familiar. Hoje, o Grupo Camed conta com quatro empresas: Camed Saúde, que presta assistência médico-hospitalar e odontológica aos funcionários do BNB. Camed Vida, que presta assistência médica aos clientes de mercado. Camed Corretora de Seguros e Creche Paulo VI.

A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 39.182 beneficiários, e está presente em todo o Brasil com a sua rede credenciada ou por meio de convênio de reciprocidade com outras operadoras de planos de saúde. A Camed Vida dispõe de uma carteira de 107.488 clientes, com atuação na Região Nordeste. A Camed Corretora fechou o primeiro semestre de 2014 com uma carteira de 2.517.742 seguros ativos. Está presente em todo o Nordeste, além dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A Creche Paulo VI atua em Fortaleza e fechou o primeiro semestre de 2014 com 136 crianças matriculadas, sendo 103 parentes (filhos, netos, sobrinhos) de funcionários do BNB.

LOGÍSTICA

Para assegurar o atendimento das necessidades de bens e serviços das diversas Unidades do Banco do Nordeste, com qualidade, tempestividade e economicidade, observando os aspectos da Legalidade e da Responsabilidade Socioambiental, diversas ações foram implantadas durante o primeiro semestre de 2014.

O Banco tem adotado critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens a serem fornecidos, quando justificável e preservado o caráter competitivo do certame, além de exigir a adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas, conforme dispõe o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010.

O novo modelo de suprimento de serviços, que estabelece a migração de contratos na modalidade de mão de obra locada para o modelo de contratação de serviços teve continuidade neste exercício de 2014, a exemplo dos serviços de limpeza e conservação para os Estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, já implantados, tendo como referência as áreas internas, externas e de fachadas. O processo de desmobilização de terceirizados, que tem metas estabelecidas, teve continuidade neste primeiro semestre de 2014.

Apresentam-se, resumidamente, outras realizações relacionadas à administração patrimonial no primeiro semestre de 2014:

- Doações: foram doados a órgãos públicos e entidades filantrópicas, reconhecidas de utilidade pública e sem fins lucrativos, para uso de interesse social, 342 itens de bens, compreendendo móveis, máquinas e equipamentos, microcomputadores obsoletos e sem utilização pelo Banco. Tal procedimento permitiu beneficiar 11 entidades, destacando-se a doação do parque gráfico do Banco à Universidade Estadual do Ceará (UECE).
- Leilões: foram realizados leilões de bens móveis e imóveis de propriedade do Banco abrangendo as unidades dos estados do Ceará e do Maranhão, cuja quantia total arrecadada de R\$ 646.241,20 representou um lucro de R\$ 440.483,06 pela venda de 190 lotes.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no ano de 2014, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		30.06.2014	30.06.2013
CIRCULANTE		17.593.139	15.646.771
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	127.539	116.172
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	9.612.609	8.026.776
Aplicações no Mercado Aberto		9.470.400	8.005.374
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		142.209	21.402
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	756.845	848.006
Carteira Própria		756.845	694.523
Vinculados à Prestação de Garantias		-	153.483
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		560.357	350.837
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		193.210	45.442
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	350.392	297.799
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	14.907	5.667
Repasses Interfinanceiros.....		1.062	1.069
Correspondentes.....		786	860
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		135	-
Transferências Internas de Recursos.....		135	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.432.139	4.155.813
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.778.952	4.804.515
Setor Público.....		158.976	132.711
Setor Privado		4.619.976	4.671.804
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(346.813)	(648.702)
OUTROS CRÉDITOS.....		2.078.128	2.123.874
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	-	49
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	451.115	491.105
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	9.387	40.369
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.d)	4	4
Diversos	(Nota 10.e)	1.637.849	1.605.538
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(20.227)	(13.191)
OUTROS VALORES E BENS		25.387	25.293
Outros Valores e Bens		5.924	5.914
(Provisões para Desvalorizações)		(696)	(757)
Despesas Antecipadas		20.159	20.136
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		18.586.730	17.918.417
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	11.751.623	11.031.266
Carteira Própria.....		10.058.903	9.702.560
Vinculados a Compromissos de Recompra		1.124.319	936.846
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		256.626	257.277
Vinculados à Prestação de Garantias		311.775	134.583
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		54.918	42.223
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	143	531
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	52.650	38.487
Repasses Interfinanceiros.....		2.125	3.205
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.021.943	5.929.551
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	6.479.830	6.278.575
Setor Público		1.112.004	1.257.592
Setor Privado		5.367.826	5.020.983
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(457.887)	(349.024)
OUTROS CRÉDITOS		758.246	915.377
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	18.049	18.049
Diversos	(Nota 10.e)	786.673	944.028
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(46.476)	(46.700)
PERMANENTE	(Nota 12)	227.307	229.045
INVESTIMENTOS		1.851	1.785
Outros Investimentos.....		7.154	7.088
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO		210.366	226.575
Imóveis de Uso		157.935	159.361
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		107.628	105.410
Outras Imobilizações de Uso		236.585	224.472
(Depreciações Acumuladas)		(291.782)	(262.668)
INTANGÍVEL		14.803	-
Ativos Intangíveis.....		14.803	-
DIFERIDO		287	685
Gastos de Organização e Expansão.....		1.423	2.252
(Amortização Acumulada).....		(1.136)	(1.567)
TOTAL DO ATIVO		36.407.176	33.794.233

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

PASSIVO

		30.06.2014	30.06.2013
CIRCULANTE.....		12.251.080	12.440.090
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	5.790.121	5.626.788
Depósitos a Vista.....		274.020	150.512
Depósitos de Poupança.....		1.752.016	1.622.124
Depósitos Interfinanceiros.....		993.343	929.473
Depósitos a Prazo.....		2.770.742	2.924.679
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	1.259.665	934.479
Carteira Própria.....		1.000.296	896.790
Carteira de Terceiros.....		259.369	37.689
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	35.981	35.101
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		26.704	25.769
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		9.277	9.332
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		79.348	36.383
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		79.348	36.383
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		2.464	3.673
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		2.438	3.608
Transferências Internas de Recursos.....		26	65
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	599.181	676.571
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		20.177	18.614
Empréstimos no Exterior.....		579.004	657.957
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	151.205	147.639
Tesouro Nacional.....		467	232
BNDES.....		124.505	123.767
FINAME.....		26.233	23.640
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	89	1.462
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		89	1.462
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	95.057	95.859
Repasses do Exterior.....		95.057	95.859
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		4.237.969	4.882.135
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	30.005	31.941
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	19.245	1.839
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	100.114	139.989
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	344.752	492.531
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 16.e)	91	68
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	1.948.218	2.402.311
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	38.859	36.757
Diversas	(Nota 16.i)	1.756.685	1.776.699
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		20.941.874	18.835.829
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	4.997.302	5.754.518
Depósitos a Vista.....		4.147	12.509
Depósitos Interfinanceiros.....		144.409	102.918
Depósitos a Prazo.....		4.848.746	5.639.091
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	122.438	37.471
Carteira Própria.....		122.438	37.471
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	1.385.522	1.383.306
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.385.522	1.383.306
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	-	18.614
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		-	18.614
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.521.843	1.535.240
Tesouro Nacional.....		190	561
BNDES.....		1.374.193	1.381.930
FINAME.....		147.460	152.749
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	7	1.137
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		7	1.137
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	654.169	751.951
Repasses do Exterior.....		654.169	751.951
OUTRAS OBRIGAÇÕES		12.260.593	9.353.592
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	7.520.265	4.507.173
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	1.241.799	1.164.942
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	1.526.376	1.390.385
Diversas	(Nota 16.i)	1.972.153	2.291.092
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	3.214.222	2.518.314
CAPITAL		2.844.000	2.437.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.437.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		20.556	21.757
RESERVAS DE LUCROS.....		397.013	517.972
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(47.347)	(458.031)
(AÇÕES EM TESOURARIA).....		-	(384)
TOTAL DO PASSIVO.....		36.407.176	33.794.233

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

		1º sem/2014	1º sem/2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.755.771	1.690.418
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	787.754	855.530
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	1.023.057	686.461
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	(111.960)	51.220
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	30.929	83.169
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	23.736	8.747
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		2.255	5.291
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.185.272)	(1.353.797)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(525.378)	(482.244)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(455.839)	(475.523)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(204.055)	(396.030)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		570.499	336.621
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(66.535)	(150.350)
Receitas de Prestação de Serviços.....		924.060	829.848
Rendas de Tarifas Bancárias.....		14.405	14.961
Despesas de Pessoal:		(761.467)	(599.937)
Despesas de Pessoal.....		(697.715)	(528.324)
Benefícios Pós- Emprego.....		(63.752)	(71.613)
Outras Despesas Administrativas.....		(424.450)	(384.428)
Despesas Tributárias.....		(121.955)	(106.564)
Outras Receitas Operacionais.....		821.527	719.825
Outras Despesas Operacionais.....		(518.655)	(624.055)
RESULTADO OPERACIONAL		503.964	186.271
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		841	83
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		504.805	186.354
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(129.963)	27.756
Provisão para Imposto de Renda.....		(72.634)	(133.748)
Provisão para Contribuição Social		(45.043)	(82.887)
Ativo Fiscal Diferido.....		(12.286)	244.391
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(48.830)	(14.082)
LUCRO LÍQUIDO.....		326.012	200.028
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.d)	(74.957)	(67.800)
Nº de Ações (em mil)		86.371	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....		3,77	2,30

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2012.....	2.142.000	-	22.904	130.054	295.440	-	(218.392)	312.129	(384)	2.683.751
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(201.843)			(201.843)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(37.796)			(37.796)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital.....		295.000			(295.000)					
Incorporação ao Capital.....										
Integralização de Capital.....										
OUTROS EVENTOS:										
Atualização de Títulos Patrimoniais.....										
Aquisição de Ações em Tesouraria.....										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....				(1.912)				1.912		
Encargos Tributários.....				765				(765)		
OUTROS(Transferências para pagamento JCP Complementar 2011).....								200.028		200.028
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....										
Destinações:										
Reservas.....				10.001	327.042			(337.043)		
Dividendos e JCP.....								(125.729)		(125.729)
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS(Dividendos e JCP).....						50.435		(50.435)		
OUTROS(Provisão do IR sobre JCP do Semestre).....								(97)		(97)
SALDOS EM 30.06.2013.....	2.142.000	295.000	21.757	140.055	327.482	50.435	(458.031)	-	(384)	2.518.314
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	295.000	(1.147)	10.001	32.042	50.435	(239.639)	(312.129)	-	(165.437)
SALDOS EM 31.12.2013.....	2.437.000	-	20.610	148.072	427.203	15.374	(8.045)	-	(384)	3.039.830
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(45.826)			(45.826)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							6.524			6.524
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital.....		407.000			(407.000)					
Incorporação ao Capital por Homologação.....										
OUTROS EVENTOS:										
Atualização de Títulos Patrimoniais.....										
Aquisição de Ações em Tesouraria.....					(19.518)				384	(19.134)
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....				(748)				748		
Encargos Tributários.....				694				(1.186)		(492)
OUTROS (Transferência para Pagamento JCP Complementar 2011).....								326.012		326.012
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....										
Destinações:										
Reservas.....				16.301	200.713			(217.014)		
Provisão para Dividendo/JCP.....								(77.318)		(77.318)
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS(Dividendos e JCP).....						31.242		(31.242)		
Dividendos Adicionais de 2013 distribuídos (Dividendos e JCP).....						(15.374)				(15.374)
SALDOS EM 30.06.2014.....	2.437.000	407.000	20.556	164.373	201.398	31.242	(47.347)	-	-	3.214.222
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	407.000	(54)	16.301	(225.805)	15.868	(39.302)	-	384	174.392

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2014	30.06.2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre.....	326.012	200.028
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	19.067	16.975
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	1	(3)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	190.596	390.587
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	13.459	5.443
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FNE)	196.452	391.527
Provisão para Passivos Contingentes.....	36.089	19.209
Provisão (Benefícios Pós-Emprego)	63.752	71.613
Despesas de Outras Provisões Operacionais.....	7.149	2.639
Reversão de Provisões Operacionais	(26.090)	(10.823)
Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	70.395	58.003
Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	89.446	75.320
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados.....	(77.318)	(125.826)
Lucro Líquido Ajustado.....	909.010	1.094.692
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(217.787)	121.516
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(128.736)	(12.060)
Operações de Crédito.....	(396.295)	48.379
Outros Créditos.....	264.159	(4.499)
Outros Valores e Bens.....	685	(592)
Depósitos.....	(204.023)	1.559.867
Captações no Mercado Aberto	204.508	151.435
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(65.761)	24.162
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(309.192)	(29.623)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	80.124	(69.627)
Outras Obrigações.....	2.317.625	(36.450)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(120.759)	(296.935)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	2.333.558	2.550.265
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	(631.703)	(774.317)
Ganhos e Perdas Atuariais.....	6.524	(37.796)
Inversões em Investimentos.....	(27)	(65)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(8.840)	(44.818)
Inversões em Intangível.....	(2.495)	-
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(154)	(172)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	591	425
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	40	81
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(636.064)	(856.662)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(48.973)	(65.833)
Ações em Tesouraria.....	(19.134)	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(68.107)	(65.833)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.629.387	1.627.770
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No Início do Semestre.....	7.709.183	6.456.087
No Fim do Semestre.....	9.338.570	8.083.857
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.629.387	1.627.770

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2014	%	30.06.2013	%
RECEITAS	2.793.894		2.235.051	
Intermediação Financeira	1.755.771		1.690.418	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	938.465		844.809	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(204.055)		(396.030)	
Outras Receitas/Despesas	303.713		95.854	
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(981.217)		(957.767)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(394.782)		(359.351)	
Materiais, Energia e Outros	(31.222)		(34.191)	
Serviços de Terceiros	(201.690)		(185.333)	
Outras	(161.870)		(139.827)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(89.090)		(74.994)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(15.591)		(7.289)	
Transportes	(9.974)		(9.400)	
Segurança	(16.746)		(13.664)	
Viagens	(7.487)		(6.576)	
Outras	(22.982)		(27.904)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.417.895		917.933	
RETENÇÕES	(19.067)		(16.975)	
Depreciação, amortização e exaustão	(19.067)		(16.975)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.398.828		900.958	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.398.828		900.958	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.398.828		900.958	
PESSOAL	714.300	51,1	530.883	58,9
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	547.491	39,1	369.432	41,0
Proventos	498.661		355.350	
Participação nos lucros	48.830		14.082	
BENEFÍCIOS	136.841	9,8	134.657	14,9
Provisões (Benefícios Pós-Emprego)	63.752		71.613	
Benefícios - Outros	73.089		63.044	
FGTS	29.968	2,1	26.794	3,0
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	347.915	24,9	161.945	18,0
Federais	338.115		153.464	
Estaduais	68		16	
Municipais	9.732		8.465	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	10.601	0,8	8.102	0,9
Aluguéis	10.601		8.102	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	326.012	23,3	200.028	22,2
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	74.957	5,4	67.800	7,5
União	38.228		63.816	
Outros	36.729		3.984	
DIVIDENDOS	33.603	2,4	108.460	12,0
União	17.137		102.088	
Outros	16.466		6.372	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	217.452	15,5	23.768	2,6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Benefício Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas do Ativo contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logísticos adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.c).

k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de hedge. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios de risco do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido do passivo, são reconhecidos em “Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parte de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

p) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou

seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a)Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b)FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.06.2014 e 30.06.2013.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.06.2014			01.01 a 30.06.2013		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.581.162	996.977	2.578.139	1.619.044	791.283	2.410.327
Receitas de Operações de Crédito	787.754	-	787.754	855.530	-	855.530
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	556.264	466.793	1.023.057	383.111	303.350	686.461
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(111.960)	-	(111.960)	51.220	-	51.220
Resultado de Operações de Câmbio	30.929	-	30.929	83.169	-	83.169
Resultado de Aplicações Compulsórias	23.736	-	23.736	8.747	-	8.747
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	2.255	-	2.255	5.291	-	5.291
Outras Receitas	292.184	530.184	822.368	231.976	487.933	719.909
Despesas	(741.549)	(643.529)	(1.385.078)	(1.065.841)	(684.074)	(1.749.915)
Despesas de Captação no Mercado	(525.378)	-	(525.378)	(482.244)	-	(482.244)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(10.054)	(445.785)	(455.839)	(185.827)	(289.696)	(475.523)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(204.055)	(196.452)	(400.507)	(396.030)	(391.527)	(787.557)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(2.062)	(1.108)	(3.170)	(1.740)	(2.554)	(4.294)
Provisão Proagro a Receber	-	(184)	(184)	-	(297)	(297)
Margem Financeira	839.613	353.448	1.193.061	553.203	107.209	660.412
Rendas de Prestação de Serviços	154.641	769.419	924.060	149.396	680.452	829.848
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	14.405	-	14.405	14.961	-	14.961
Pasep e Cofins	(48.113)	(63.666)	(111.779)	(41.470)	(56.438)	(97.908)
Resultado após Tarifas e Comissões	960.546	1.059.201	2.019.747	676.090	731.223	1.407.313
Despesas Administrativas			(1.185.917)			(984.365)
Despesas de Pessoal			(761.467)			(599.937)
Depreciação e Amortização			(19.067)			(16.975)
Outras Despesas Administrativas			(405.383)			(367.453)
Outras Despesas			(288.956)			(219.040)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(40.069)			(17.554)
Lucro antes da Tributação e Participações			504.805			186.354
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(129.963)			27.756
Participações no Lucro			(48.830)			(14.082)
Lucro Líquido			326.012			200.028

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 12 (R\$ 10 em 30.06.2013) compõem o saldo de Outras Despesas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Disponibilidades em Moeda Nacional	126.060	114.953
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	1.479	1.219
Total da Disponibilidade de Caixa	127.539	116.172
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.211.031	7.967.685
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)	9.338.570	8.083.857

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição**

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
a) Aplicações no Mercado Aberto	9.470.400	8.005.374
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	9.211.031	7.967.685
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	259.369	37.689
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	142.209	21.402
Aplicações em Moeda Estrangeira	26.422	21.402
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	115.787	-
Total	9.612.609	8.026.776
Saldo de Curto Prazo	9.612.609	8.026.776

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	402.566	251.641
Posição Bancada	393.566	247.278
Posição Financiada	9.000	4.363
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	5.970	1.720
Total	408.536	253.361

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Títulos Disponíveis para Venda	12.099.220	11.599.618
Títulos Mantidos até o Vencimento	152.622	22.377
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	256.626	257.277
Total	12.508.468	11.879.272
Saldo de Curto Prazo	756.845	848.006
Saldo de Longo Prazo	11.751.623	11.031.266

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2014				30.06.2013			
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	12.267.705	11.776.590	(491.115)		11.336.989	11.174.337	(162.652)	
Letras Financeiras do Tesouro	8.408.766	8.409.671	905	2014 a 2018	8.264.142	8.271.784	7.642	2013 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-		11	11	-	2014
Notas do Tesouro Nacional	1.267.938	1.217.391	(50.547)	2050	1.192.047	1.267.397	75.350	2050
Letras Financeiras	1.822.232	1.761.225	(61.007)	2014 a 2019	1.097.757	1.053.040	(44.717)	2014 a 2019
Debêntures	734.244	382.063	(352.181)	2014 a 2035	749.623	576.798	(172.825)	2014 a 2019
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.069	6.055	(14)	2027	6.516	5.092	(1.424)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	28.190	-	(28.190)	1993	26.609	-	(26.609)	1993
Títulos da Dívida Agrária	266	185	(81)	2014 a 2022	284	215	(69)	2013 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	3.022	1.627	(1.395)		13.934	12.571	(1.363)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.395	-	(1.395)	Sem Vencimento	1.363	-	(1.363)	2014
Cotas de FIDC	-	-	-		10.670	10.670	-	2014
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	1.357	1.357	-	2100	1.573	1.573	-	2100
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	250	250	-	Sem Vencimento	241	241	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	20	20	-	Sem Vencimento	87	87	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	16.404	9.228	(7.176)		140.298	124.643	(15.655)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	163	148	(15)	Sem Vencimento	350	163	(187)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	16.241	9.080	(7.161)	Sem Vencimento	139.948	124.480	(15.468)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	312.446	311.775	(671)		288.573	288.067	(506)	
Letras Financeiras do Tesouro	311.635	311.678	43	2015 a 2017	287.795	287.984	189	2013 a 2018
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	714	-	(714)	1993	674	-	(674)	1993
Títulos Públicos Federais – Outros	97	97	-	2027	104	83	(21)	2027
Total da Categoria	12.599.577	12.099.220	(500.357)		11.779.794	11.599.618	(180.176)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)			203.861				141.566	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)			(3.718)				(69.496)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado			(300.214)				(108.106)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 168.793 (R\$ 153.483 em 30.06.2013); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.907 (R\$ 1.738 em 30.06.2013); Garantias em Processos Judiciais R\$ 123.715 (R\$ 117.020 em 30.06.2013); e Demais Garantias R\$ 17.360 (R\$ 15.826 em 30.06.2013).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$(500.355) (R\$ (180.176) em 30.06.2013). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (300.214) (R\$ (108.106) em 30.06.2013).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2014			30.06.2013		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	152.622	99.567		22.377	22.364	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2015	2.020	2.020	2014
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	129.261	76.207	2014 a 2030	238	225	2013 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	12.692	12.692	2017	12.465	12.465	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	522	522	2023	-	-	-
FIP Brasil Agronegócios	8.127	8.126	2018	7.654	7.654	2018
Total da Categoria	152.622	99.567		22.377	22.364	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º semestre de 2014 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	402.566	251.641
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	5.970	1.720
Títulos de Renda Fixa	614.418	428.747
Títulos de Renda Variável	103	4.353
Total	1.023.057	686.461

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2014, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2014								
Especificação	Vr. Nocional	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	256.626	-	227.332	-	29.294	-	29.294
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	925	-	96	-	97	1	-	1
Total	1.088.560	256.626	96	227.332	97	29.295	-	29.295
Crédito Tributário (Nota 21.b)								-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								11.719

Composição em 30.06.2013								
Especificação	Vr. Nocional	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	255.181	-	217.873	-	37.308	-	37.308
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	107.459	2.096	2.599	-	2.912	2.815	405	2.410
Total	1.195.094	257.277	2.599	217.873	2.912	40.123	405	39.718
Crédito Tributário (Nota 21.b)								162
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(16.049)

Especificação	30.06.2014		30.06.2013	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	36	-	403
3 a 12 meses	-	53	-	1.059
1 a 3 anos	158.908	7	161.468	1.101
3 a 5 anos	97.718	-	878	36
5 a 15 anos	-	-	94.931	-
Total	256.626	96	257.277	2.599

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Especificação	30.06.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.333.177	1.105.845	1.393.247	1.136.621	29.294
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	1.329.617		1.393.638		64.021
Crédito Tributário (Nota 21.b)					25.608

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte sobre os juros da operação no valor de R\$ 1.161.

Especificação	30.06.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.318.658	1.100.785	1.390.875	1.135.694	37.308
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	1.337.525		1.391.471		53.946
Crédito Tributário (Nota 21.b)					21.578

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte sobre os juros da operação no valor de R\$ 1.167.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de Eurobonds – Senior Unsecured Notes, o Banco contratou operações de swap para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em hedge de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do semestre.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de Hedge (Eurobonds – Senior Unsecured Notes) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de hedge, Eurobonds – Senior Unsecured Notes, e dos instrumentos de hedge (contratos de swap).

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	1.637	1.734	1.650	1.747	-

Especificação	30.06.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	121.786	124.698	124.956	125.458	2.410

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Swap	(111.960)	51.220
Total	(111.960)	51.220

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2014			30.06.2013		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	307.763	-	307.763	267.158	-	267.158
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	42.629	-	42.629	30.641	-	30.641
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	65.192	(12.542)	52.650	61.600	(23.113)	38.487
Tesouro Nacional - Crédito Rural	15.549	(499)	15.050	7.539	(1.341)	6.198
Total	431.133	(13.041)	418.092	366.938	(24.454)	342.484
Saldo de Curto Prazo	365.798	(499)	365.299	304.807	(1.341)	303.466
Saldo de Longo Prazo	65.335	(12.542)	52.793	62.131	(23.113)	39.018

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	10.314	7.247
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.872	1.556
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	25	169
Valorização/(Desvalorização) de Créditos Vinculados	11.525	(225)
Total	23.736	8.747

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2014		30.06.2013	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.258.782	(804.700)	11.083.090	(997.726)
Curto Prazo	4.778.952	(346.813)	4.804.515	(648.702)
Longo Prazo	6.479.830	(457.887)	6.278.575	(349.024)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	445.730	(20.227)	541.542	(13.191)
Curto Prazo	440.259	(20.227)	480.638	(13.191)
Longo Prazo	5.471	-	60.904	-
Total	11.704.512	(824.927)	11.624.632	(1.010.917)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Adiantamentos a Depositantes	175	90
Empréstimos	4.931.594	4.838.686
Títulos Descontados	57.198	64.715
Financiamentos	2.009.931	2.056.688
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	182.710	194.622
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	387.913	416.781
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.655.958	1.642.077
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.033.060	1.869.188
Subtotal de Operações de Crédito	11.258.782	11.083.090
Avais e Fianças Honrados	-	49
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.135	14.719
Devedores por Compra de Valores e Bens	6.036	1.674
Títulos e Créditos a Receber	10.986	11.604
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	417.573	435.078
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	78.418
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	445.730	541.542
Total	11.704.512	11.624.632

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Empréstimos e Títulos Descontados	464.997	397.632
Financiamentos	198.556	310.677
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	81.552	66.940
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	42.594	79.799
Outros Valores	55	482
Total	787.754	855.530

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2014	Total em 30.06.2013
Rural	32.896	16.139	26.244	14.970	9.748	1.519.135	1.619.132	1.569.477
Indústria	74.886	86.420	52.908	179.722	225.342	1.702.760	2.322.038	2.115.860
Governo	10.546	10.546	24.934	35.259	77.692	1.076.515	1.235.492	1.390.303
Outros Serviços	663.641	545.713	450.680	934.828	452.170	1.483.553	4.530.585	4.106.223
Comércio	95.025	105.037	68.101	234.588	359.728	376.652	1.239.131	1.375.413
Intermediários Financeiros	230	224	217	567	573	819	2.630	126.630
Habitação	1.177	984	806	1.326	232	252	4.777	4.082
Pessoas Físicas	8.289	4.490	3.416	45.173	2.918	3.025	67.311	51.742
Total	886.690	769.553	627.306	1.446.433	1.128.403	6.162.711	11.021.096	10.739.730

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 30.06.2014	Total em 30.06.2013
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	131	108	85	484	1.109	11.268	13.185	28.066
Indústria	3.406	3.450	3.411	9.937	17.486	58.885	96.575	58.594
Outros Serviços	10.639	9.060	7.362	17.894	21.509	107.700	174.164	266.265
Comércio	10.086	5.645	5.270	15.142	45.467	104.535	186.145	99.934
Intermediários Financeiros	9	9	9	27	55	409	518	-
Habitação	9	9	4	2	2	-	26	29
Pessoas Físicas	674	476	637	1.881	1.366	4.101	9.135	3.252
Total	24.954	18.757	16.778	45.367	86.994	286.898	479.748	456.140

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 30.06.2014	Total em 30.06.2013
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	37	177	583	2.700	730	8.618	25.427	38.272	54.047
Indústria	1.046	4.805	3.888	3.170	4.768	4.838	3.716	26.231	147.906
Outros Serviços	1.430	10.515	14.742	11.309	11.474	18.671	614	68.755	151.570
Comércio	18.496	4.468	9.025	4.975	11.235	8.299	5.467	61.965	70.374
Intermediários Financeiros	9	-	9	5	-	-	-	23	1
Habitação	-	10	5	8	7	9	-	39	36
Pessoas Físicas	23	630	771	360	1.640	4.491	468	8.383	4.828
Total	21.041	20.605	29.023	22.527	29.854	44.926	35.692	203.668	428.762

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2014				30.06.2013			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.280.895	-	4.280.895	-	3.611.204	-	3.611.204	-
A	4.015.197	-	4.015.197	20.076	3.806.107	-	3.806.107	19.031
B	1.823.119	46.581	1.869.700	18.697	2.682.200	32.381	2.714.581	27.146
C	106.717	64.117	170.834	5.125	102.246	56.231	158.477	4.754
D	246.582	167.392	413.974	41.398	102.016	29.379	131.395	13.139
E	138.356	66.685	205.041	61.512	52.672	120.565	173.237	51.971
F	16.755	44.058	60.813	30.407	93.778	126.920	220.698	110.349
G	92.078	42.407	134.485	94.139	50.250	31.101	81.351	56.945
H	301.397	252.176	553.573	553.573	239.257	488.325	727.582	727.582
Total	11.021.096	683.416	11.704.512	824.927	10.739.730	884.902	11.624.632	1.010.917

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	893.774	832.982
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	204.055	395.899
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(272.902)	(217.964)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	824.927	1.010.917
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.477	46.064
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	281	636
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(282)	-
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.476	46.700
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	871.403	1.057.617

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	190.596	390.587
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	13.459	5.312
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	204.055	395.899
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	19	131
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(19)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	204.055	396.030

f) No 1º semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 42.595 (R\$ 79.799 em 30.06.2013) e as renegociações importaram em R\$ 351.509 (R\$ 421.234 em 30.06.2013).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2014, um efeito positivo no valor de R\$ 31.931 (R\$ 50.636 em 30.06.2013), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Efetivação de Rendas	14.333	23.089
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	6.308	11.804
Despesas com Deságios	(24)	(2.677)
Efeito Líquido de Provisões	11.314	18.420
Total	31.931	50.636

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	49
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	451.115	491.105
c) Rendas a Receber	27.436	58.418
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.424.522	2.549.566
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.019.768	1.216.327
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	229.469	163.306
Devedores por Depósitos em Garantia	692.655	701.818
Impostos e Contribuições a Compensar	124.437	107.747
Decorrentes de Antecipação (Nota 21.a.2)	114.959	98.402
Outros Valores	9.478	9.345
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	10.986	11.604
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	78.418
Adiantamentos e Antecipações Salariais	25.343	23.373
Pagamentos a Ressarcir	9.906	9.767
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	6.733	2.011
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	15.059	4.795
Outros Valores	263.418	203.652
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(66.703)	(59.891)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(20.227)	(13.191)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.476)	(46.700)
Total	2.836.374	3.039.251
Saldo de Curto Prazo	2.078.128	2.123.874
Saldo de Longo Prazo	758.246	915.377

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Ativo – Outros Créditos	451.115	491.105
Câmbio Comprado a Liquidar	421.017	475.636
Direitos sobre Vendas de Câmbio	19.205	1.197
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(242)	(447)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.135	14.719
Ativo Circulante (Nota 10.b)	451.115	491.105
Passivo – Outras Obrigações	19.245	1.839
Obrigações por Compras de Câmbio	417.633	435.724
Câmbio Vendido a Liquidar	19.184	1.193
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(417.573)	(435.078)
Outros Valores	1	-
Passivo Circulante (Nota 16.b)	19.245	1.839

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01. a 30.06.2014	01.01. a 30.06.2013
Rendas de Câmbio	31.116	83.446
Despesas de Câmbio	(187)	(277)
Total	30.929	83.169

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.06.2014			30.06.2014			30.06.2013
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões					
Ações e Cotas	652	-	-	652	945	(293)	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.173	26	-	1.199	1.199	-	1.199	1.133
Total	1.825	26	-	1.851	2.144	(293)	1.851	1.785

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.06.2014			30.06.2014				30.06.2013	
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽²⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment ⁽²⁾	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação						
Edificações	103.564	272	-	(6.002)	97.834	248.538	(150.704)	-	97.834	107.784
Sistema de Processamento de Dados	48.642	3.549	(182)	(7.997)	44.012	109.679	(65.667)	-	44.012	49.452
Móveis e Equipamentos de Uso	28.455	2.646	(369)	(2.665)	28.067	65.872	(37.805)	-	28.067	29.293
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025	17.025
Instalações	6.577	535	-	(751)	6.361	18.589	(12.228)	-	6.361	6.735
Sistema de Comunicação	90	9	(5)	(11)	83	381	(298)	-	83	101
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	6.288	1.156	-	-	7.444	7.444	-	-	7.444	5.771
Sistema de Segurança	9.680	673	(35)	(798)	9.520	18.499	(8.979)	-	9.520	8.332
Sistema de Transporte	672	1	-	(653)	20	16.121	(16.101)	-	20	2.082
Total	220.993	8.841	(591)	(18.877)	210.366	502.148	(291.782)	-	210.366	226.575

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.06.2014			30.06.2014				30.06.2013	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização						
Gastos em Imóveis de Terceiros	478	-	-	(191)	287	1.423	(1.136)	-	287	685
Total	478	-	-	(191)	287	1.423	(1.136)	-	287	685

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o ativo diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.06.2014			30.06.2014				30.06.2013	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização						
Gastos com Intangíveis em Elaboração	12.308	2.495	-	-	14.803	14.803	-	-	14.803	-
Total	12.308	2.495	-	-	14.803	14.803	-	-	14.803	-

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo intangível

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Distribuição dos Depósitos e Captações no Mercado por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2014	Total em 30.06.2013
Depósitos a Vista	269.876	4.144	4.147	-	-	-	278.167	163.021
Depósitos a Vista	265.689	-	-	-	-	-	265.689	142.099
Depósitos em Moeda Estrangeira	4.187	4.144	4.147	-	-	-	12.478	20.922
Depósitos de Poupança	1.752.016	-	-	-	-	-	1.752.016	1.622.124
Depósitos Interfinanceiros	640.302	353.041	90.474	53.935	-	-	1.137.752	1.032.391
Depósitos a Prazo	1.565.126	1.205.616	2.806.400	738.541	1.166.277	137.528	7.619.488	8.563.770
Depósitos a Prazo	705.585	1.142.736	2.327.221	556.626	985.055	128.902	5.846.125	6.635.500
Depósitos Judiciais com Remuneração	836.064	-	-	-	-	-	836.064	745.987
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	350.761	57.387	57.387	-	465.535	585.483
FAT- Recursos Disponíveis	4.058	11.028	15.199	14.708	14.656	1.007	60.656	36.477
FAT- Recursos Aplicados	18.996	51.852	113.219	109.565	109.179	7.619	410.430	559.527
Outros	423	-	-	255	-	-	678	796
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	1.547	34.434	680.344	705.178	-	-	1.421.503	1.418.407
Eurobonds	-	9.277	680.344	705.178	-	-	1.394.799	1.392.638
LCA - Letras de Crédito Agrário	1.547	25.157	-	-	-	-	26.704	25.769
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	38.859	-	-	-	1.241.799	1.280.658	1.201.698
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.526.376	1.526.376	1.390.385
Total	4.228.867	1.636.094	3.581.365	1.497.654	1.166.277	2.905.703	15.015.960	15.391.796
Saldo de Curto Prazo							5.864.961	5.698.645
Saldo de Longo Prazo							9.150.999	9.693.151

b) Depósitos

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Depósitos a Vista	278.167	163.021
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	12.478	20.922
Depósitos de Governos	30.756	19.988
Depósitos Vinculados	173.290	56.256
Pessoas Jurídicas	43.924	38.749
Pessoas Físicas	17.233	24.499
Outros Valores	486	2.607
Depósitos de Poupança	1.752.016	1.622.124
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.189.031	1.041.171
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	562.279	580.292
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	706	661
Depósitos Interfinanceiros	1.137.752	1.032.391
Depósitos a Prazo	7.619.488	8.563.770
Depósitos a Prazo	5.846.125	6.635.500
Depósitos Judiciais com Remuneração	836.064	745.987
Outros Depósitos a Prazo	937.299	1.182.283
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	471.086	596.004
Recursos Disponíveis (Nota 27)	60.656	36.477
Proger Urbano	4.422	1.222
Protrabalho	1.425	1.542
Infraestrutura	27.398	32.092
Estiagem	-	204
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	27.411	1.417
Recursos Aplicados (Nota 27)	410.430	559.527
Proger Urbano	33.329	59.929
Protrabalho	99.580	121.050
Infraestrutura	157.067	193.007
Estiagem	-	6.408
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	120.454	179.133
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	465.535	585.483
Outros Valores	678	796
Total	10.787.423	11.381.306
Saldo de Curto Prazo	5.790.121	5.626.788
Saldo de Longo Prazo	4.997.302	5.754.518

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Carteira Própria	1.122.734	934.261
Letras Financeiras do Tesouro	1.122.734	934.261
Carteira de Terceiros	259.369	37.689
Letras do Tesouro Nacional	-	37.689
Notas do Tesouro Nacional	259.369	-
Total	1.382.103	971.950
Saldo de Curto Prazo	1.259.665	934.479
Saldo de Longo Prazo	122.438	37.471

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.06.2014	01.01. a 30.06.2013
Despesas de Captações com Depósitos	(463.539)	(449.061)
Depósitos a Prazo	(274.198)	(196.211)
Depósitos de Poupança	(43.258)	(32.783)
Depósitos Judiciais	(33.684)	(23.525)
Depósitos Interfinanceiros	(17.780)	(10.022)
Depósitos Especiais	(36.310)	(34.927)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(52.431)	(146.136)
Outros Depósitos	(5.878)	(5.457)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(61.839)	(33.183)
Carteira de Terceiros	(9.040)	(4.415)
Carteira Própria	(52.799)	(28.768)
Total	(525.378)	(482.244)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2014	Total em 30.06.2013
Empréstimos no País	20.177	-	-	-	-	-	20.177	37.228
Empréstimos no Exterior	157.502	421.502	-	-	-	-	579.004	657.957
Repasses do País	43.092	108.113	304.751	344.644	663.242	209.206	1.673.048	1.682.879
Repasses do Exterior	16.030	79.027	185.172	185.462	283.535	-	749.226	847.810
Total	236.801	608.642	489.923	530.106	946.777	209.206	3.021.455	3.225.874
Saldo de Curto Prazo							845.443	920.069
Saldo de Longo Prazo							2.176.012	2.305.805

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2014	30.06.2013
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	20.177	37.228
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	579.004	657.957
Total		599.181	695.185
Saldo de Curto Prazo		599.181	676.571
Saldo de Longo Prazo		-	18.614

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2014	30.06.2013
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	657	793
BNDES		1.498.698	1.505.697
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.147.307	1.142.264
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	351.391	363.433
Finame		173.693	176.389
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	154.802	158.742
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	18.891	17.647
Total (Nota 29.a.1)		1.673.048	1.682.879
Saldo de Curto Prazo		151.205	147.639
Saldo de Longo Prazo		1.521.843	1.535.240

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2014	30.06.2013
BID-Prodetur I	USD + 2,68	351.060	417.296
BID-Prodetur II	USD + 1,17	391.936	423.474
BID-Outros Programas	USD + 1,17	6.230	6.927
Outros Programas	USD + 6,0	-	113
Total		749.226	847.810
Saldo de Curto Prazo		95.057	95.859
Saldo de Longo Prazo		654.169	751.951

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2014	01.01. a 30.06.2013
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(760)	(1.405)
Obrigações por Empréstimos no País	(760)	(1.405)
Despesas de Obrigações por Repasses	(68.953)	(153.700)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(61.504)	(51.544)
Tesouro Nacional	(18)	(8)
BNDES	(58.308)	(48.636)
Finame	(3.178)	(2.900)
Despesas de Repasses do Exterior	(7.449)	(102.156)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(3.669)	(79.928)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(382.457)	(240.490)
Total	(455.839)	(475.523)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2014 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2014 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2013 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	664.704	684.297	687.516
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	666.073	710.502	705.122
Total				600.000	1.330.777	1.394.799	1.392.638
Saldo de Curto Prazo						9.277	9.332
Saldo de Longo Prazo						1.385.522	1.383.306

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2014	30.06.2013
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	89,20 CDI	26.470	26.704	25.769
Saldo de Curto Prazo			26.704	25.769
Saldo de Longo Prazo			-	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 359 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.005	31.941
Recursos do Proagro	-	129
Recebimentos de Tributos Federais	27.538	28.854
IOF a Recolher	1.780	2.104
Outros Tributos e Assemelhados	687	854
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	19.245	1.839
c) Sociais e Estatutárias	100.114	139.989
Dividendos e Bonificações a Pagar	77.497	126.108
Participações nos Lucros	22.617	13.881
d) Fiscais e Previdenciárias	344.752	492.531
Provisão para Riscos Fiscais	123.603	119.273
Impostos e Contribuições (Nota 22.j.1.i)	87.430	83.011
Causas Fiscais (Nota 22.j.1.i e iii)	36.173	36.262
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	50.688	115.384
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	15.437	85.545
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	5.922	7.381
Outros Valores (Nota 21.c)	29.329	22.458
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)	112.839	201.988
Imposto de Renda ⁽¹⁾	69.610	124.594
Contribuição Social ⁽²⁾	43.229	77.394
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	57.622	55.886
e) Negociação e Intermediação de Valores	91	68
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.468.483	6.909.484
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	8.885.234	6.744.150
Outros Valores	583.249	165.334
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.280.658	1.201.699
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.526.376	1.390.385
i) Diversas	3.728.838	4.067.791
Provisão para Passivos Contingentes	2.378.190	2.372.282
Causas Trabalhistas (Nota 22.j.iv)	208.470	189.919
Causas Cíveis (Nota 22.j.v)	120.677	100.089
Outras Causas (Nota 22.j.vi)	591	645
FNE (Nota 22.j.2.i)	2.016.363	2.039.090
Repasse	1.017	1.215
Risco Integral	105.347	103.278
Risco Compartilhado	1.909.999	1.934.597
FDNE (Nota 22.j.2.ii)	523	500
Proagro (Nota 22.j.2.iii)	2.128	2.106
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.j.2.iv)	29.438	39.933
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.066.847	1.571.770
Benefício Pós-Emprego	795.692	1.380.777
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	95.279	579.467
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	700.413	801.310
Despesa de Pessoal	226.965	155.300
Outros Valores	44.190	35.693
Outros Valores	283.801	123.739
Total	16.498.562	14.235.727
Saldo de Curto Prazo	4.237.969	4.882.135
Saldo de Longo Prazo	12.260.593	9.353.592

⁽¹⁾ Em 30.06.2013, inclui o valor complementar de R\$ 271 (não há valores para 30.06.2014) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2010 e 2011.

⁽²⁾ Em 30.06.2013, inclui o valor complementar de R\$ 162 (não há valores para 30.06.2014) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2010 e 2011.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2014	30.06.2013
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	1.201.699	22.12.2010	1.280.658	1.201.699
Saldo de Curto Prazo				38.859	36.757
Saldo de Longo Prazo				1.241.799	1.164.942

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.526.376	1.390.385
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	811.490	528.458
Recursos aplicados ⁽²⁾	714.886	861.927
Total (Nota 29.a.1)	1.526.376	1.390.385

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.03.2014, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 407.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.437.000, para R\$ 2.844.000, representado por 86.371.464 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital está em processo de homologação pelo Banco Central. Na mesma Assembleia, foi aprovado o cancelamento de 630.437 ações ordinárias, sendo 10.232 ações que se encontravam em tesouraria e 620.205 ações oriundas de reembolso aos acionistas dissidentes do processo de conversão de ações preferenciais em ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.08.2013. O custo total de aquisição das 630.437 ações canceladas importou em R\$ 19.518. Ressalte-se que esse cancelamento de ações não proporcionou redução do valor do Capital Social, tendo em vista que para a aquisição foi utilizado parte do saldo de Reserva Estatutária, conforme previsto no Estatuto Social do Banco.

Composição em 30.06.2014		
Acionista	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.219.768	34,99%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.250.000	7,24%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%
Outros	2.005.281	2,32%
Total	86.371.464	100,00%

Composição em 30.06.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-Capef	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 20.556 (R\$ 21.757 em 30.06.2013) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No 1º semestre houve a transferência de reserva no valor de R\$ (438) (R\$ 1.147 em 30.06.2013) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria

O Banco não possui ações em Tesouraria. As 10.232 ações, correspondentes a R\$ 384, que se encontravam em Tesouraria, em 30.06.2013, foram canceladas quando da realização da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28.03.2014.

d) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 35,03% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Por conta dessa proposição, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe de R\$ 77.318, referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 31.242 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011.

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
1. Lucro Líquido do Semestre	326.012	200.028
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	-	312.129 ⁽¹⁾
3. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	(438)	1.147
4. Lucro Líquido Ajustado	325.574	513.304
5. Reserva Legal Constituída	(16.301)	(10.001)
6. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	309.273	503.303
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no semestre	74.957	67.800
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(225)	(97)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	74.732	67.703
10. Dividendos propostos no semestre	33.603	108.460
11. Valor bruto dos JCP e Dividendos (item 7 + item 10) – 35,10% (35,02% em 30.06.2013)	108.560	176.260
JCP de R\$0,867844500123 por ação ordinária (em 30.06.2013: JCP de R\$ 0,746341217377 por ação ordinária)	74.957	36.180
JCP de R\$ 0,820975339155, por ação preferencial, em 30.06.2013	- ⁽²⁾	31.620
Dividendos de R\$ 0,389059719770 por ação ordinária (em 30.06.2013: Dividendos de R\$ 1,193929365470 por ação ordinária)	33.603	57.878
Dividendos de R\$ 1,313322302215 por ação preferencial, em 30.06.2013	- ⁽²⁾	50.582
12. Valor líquido dos JCP e Dividendos (item 9 + item 10) – 35,03% (35,00% em 30.06.2013)	108.335	176.163

⁽¹⁾ Refere-se ao recálculo dos valores das obrigações atuariais retrospectivamente ao exercício de 2012, por conta da entrada em vigor, em 01.01.2013, da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012.

⁽²⁾ Em 30.06.2014 inexistem ações preferenciais

Até junho de 2013 foram pagos dividendos e JCP para as ações preferenciais 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001 e o que dispunha o parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 29.533 (R\$ 26.713 em 30.06.2013).

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.06.2014	01.01. a 30.06.2013
a) Receitas de Prestação de Serviços	924.060	829.848
Administração de Fundos de Investimentos	11.730	9.421
Administração de Fundos e Programas	778.779	702.711
Prestação de Serviços	133.551	117.716
b) Rendas de Tarifas Bancárias	14.405	14.961
c) Despesas de Pessoal	(761.467)	(599.937)
Proventos	(493.836)	(350.522)
Encargos Sociais	(143.171)	(129.070)
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Plano BD e CV I (Nota 25.g)	(22.936)	(39.928)
Plano de Assistência Médica Camed Plano Natural (Nota 25.g)	(40.816)	(31.685)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(60.708)	(48.732)
d) Outras Despesas Administrativas	(424.450)	(384.428)
Processamento de Dados	(75.797)	(61.877)
Propaganda e Publicidade	(13.013)	(1.104)
Serviços de Terceiros	(171.992)	(158.727)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(23.378)	(21.177)
Viagens	(7.487)	(6.576)
Comunicações	(13.293)	(13.117)
Depreciação e Amortização	(19.067)	(16.975)
Manutenção e Conservação de Bens	(18.445)	(21.116)
Vigilância, Segurança e Transporte	(26.720)	(23.065)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(2.578)	(6.185)
Serviços do Sistema Financeiro	(12.276)	(9.726)
Serviços Técnicos Especializados	(17.422)	(16.879)
Seguros	(2.190)	(2.248)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(12.153)	(11.779)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.155)	(1.264)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.171)	(2.021)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	(3.000)
Outros Valores	(5.313)	(7.592)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(121.955)	(106.564)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(111.791)	(97.918)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(9.182)	(8.060)
Outros Valores	(982)	(586)
f) Outras Receitas Operacionais	821.527	719.825
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	532.555	489.907
Variação Cambial de Empréstimos Obtidos	202.995	97.628
Reversão de Provisões Operacionais sobre riscos com operações do FNE	284	93
Recuperação de Encargos e Despesas	3.309	4.210
Reversão de Provisões Operacionais	14.263	10.730
Juros	885	353
Correção Monetária	1.199	679
Resultado da Marcação a Mercado	-	9.528
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	39.658	46.725
Outros Valores	25.579	59.972
g) Outras Despesas Operacionais	(518.655)	(624.055)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(70)	(1.766)
Variação Cambial de Empréstimos Concedidos	(109.164)	(59.445)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1)	(47)
Descontos Concedidos em Renegociações	(595)	(1.046)
Encargos de Operações de Crédito	(1.323)	(6.918)
Riscos Fiscais	(7.149)	(2.639)
Riscos com Operações do FNE	(196.452)	(391.527)
Riscos com Operações do FDNE	(8)	(82)
Causas Trabalhistas	(12.304)	(14.528)
Causas Cíveis	(20.575)	-
Outras Causas	(41)	(387)
Outros Passivos Contingentes	(3.170)	(4.294)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(89.446)	(75.320)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(35.322)	(15.741)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(35.063)	(42.261)
Outros Valores	(7.962)	(8.054)
Total	(66.535)	(150.350)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º semestre de 2014 foi de R\$ 68.869 (R\$ 123.845 em 30.06.2013) e a de Contribuição Social foi de R\$ 42.784 (R\$ 76.945 em 30.06.2013).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	504.805	186.354	504.805	186.354
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(48.830)	(14.082)	(48.830)	(14.082)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(74.957)	(67.800)	(74.957)	(67.800)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	381.018	104.472	381.018	104.472
Adições/Exclusões Permanentes	(20.818)	(22.396)	(20.818)	(22.436)
Adições/Exclusões Temporárias	(72.008)	432.843	(72.008)	432.843
Resultado Tributável	288.192	514.919	288.192	514.879
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(72.036)	(128.718)	(43.229)	(77.232)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.426	4.395	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	741	478	445	287
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(68.869)	(123.845)	(42.784)	(76.945)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(3.765)	(9.903)	(2.259)	(5.942)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.634)	(133.748)	(45.043)	(82.887)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(7.674)	152.748	(4.612)	91.643
Total de IRPJ/CSLL	(80.308)	19.000	(49.655)	8.756
Alíquota Efetiva (%)	15,91	(10,20)	9,84	(4,70)
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	68.869	123.845	42.784	76.945
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	741	478	445	287
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	69.610	124.323	43.229	77.232
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte ⁽²⁾ (Nota 10.e)	(78.652)	(67.071)	(36.518)	(31.448)
Valor dos Tributos a Recolher do Período	(9.042)	57.252	6.711	45.784

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido + alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

⁽²⁾ Inclusive tributos retido na fonte nos seguintes valores em 30.06.2014 – IRPJ: R\$ 173 e CSLL: R\$ 38; valores em 30.06.2013 – IRPJ: R\$ 92 e CSLL: R\$ 25.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.06.2014		30.06.2013		30.06.2014	30.06.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	645.463	387.292	596.574	357.958	1.032.755	954.532
Constituição	157.096	94.264	281.213	168.736	251.360	449.949
Realização/Reversão	(165.209)	(99.138)	(117.587)	(70.567)	(264.347)	(188.154)
Saldo Final (Nota 10.e)	637.350	382.418	760.200	456.127	1.019.768	1.216.327
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	13	7	1.403	840	20	2.243
Constituição	2.089	1.253	6.759	4.056	3.342	10.816
Realização/Reversão	(2.102)	(1.260)	(8.061)	(4.836)	(3.362)	(12.897)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	101	61	-	162
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	15.554	9.333	23.062	13.838	24.887	36.900
Constituição	9.185	5.511	3.835	2.301	14.696	6.136
Realização/Reversão	(8.734)	(5.241)	(13.411)	(8.047)	(13.975)	(21.458)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	16.005	9.603	13.486	8.092	25.608	21.578
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	131.001	78.601	84.026	50.416	209.602	134.442
Constituição	237.732	142.638	74.050	44.430	380.370	118.480
Realização/Reversão	(241.319)	(144.792)	(69.597)	(41.759)	(386.111)	(111.356)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	127.414	76.447	88.479	53.087	203.861	141.566

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
1. Total das Diferenças Temporárias	4.459.666	5.064.139	4.459.666	5.064.139
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.114.917	1.266.035	668.950	759.621
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	637.350	760.200	382.418	456.127
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	143.418	102.067	86.051	61.239
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	780.768	862.267	468.469	517.366
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	334.149	403.768	200.481	242.255

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.06.2014, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2º Sem/2014	5,39	187.153	179.013	112.293	107.408	299.446	286.421
2015	11,63	172.930	150.789	103.758	90.473	276.688	241.262
2016	11,01	68.763	58.961	41.258	35.377	110.021	94.338
2017	10,48	53.016	45.511	31.810	27.307	84.826	72.818
2018	10,00	78.356	60.602	47.029	36.371	125.385	96.973
1º Sem/2019	4,88	77.132	52.308	46.270	31.381	123.402	83.689
Total		637.350	547.184	382.418	328.317	1.019.768	875.501

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 30.06.2014.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IRPJ	Realização do Crédito de CSLL	Total
2014	9.408	5.645	15.053
2015	6.128	3.677	9.805
2016	2.147	1.288	3.435
2017	1.337	802	2.139
2018	16.997	10.198	27.195
2019	17.136	10.281	27.417
A partir de 2019	90.266	54.159	144.425
Total (Nota 10.e)	143.419	86.050	229.469

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2014		30.06.2013		30.06.2014	30.06.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	5.399	3.237	14.165	8.497	8.636	22.662
Constituição	7.681	4.611	16.997	10.199	12.292	27.196
Realização/Reversão	(5.755)	(3.454)	(21.131)	(12.678)	(9.209)	(33.809)
Saldo Final (Nota 7.c)	7.325	4.394	10.031	6.018	11.719	16.049
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	4.134	2.482	5.090	3.056	6.616	8.146
Constituição	228	134	-	-	362	-
Realização/Reversão	(661)	(395)	(478)	(287)	(1.056)	(765)
Saldo Final	3.701	2.221	4.612	2.769	5.922	7.381
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	16.491	9.895	-	-	26.386	-
Constituição	2.294	1.376	14.036	8.422	3.670	22.458
Realização/Reversão	(454)	(273)	-	-	(727)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	18.331	10.998	14.036	8.422	29.329	22.458
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	25.005	15.006	123.083	73.850	40.011	196.933
Constituição	19.446	11.664	158.978	95.387	31.110	254.365
Realização/Reversão	(42.127)	(25.276)	(238.626)	(143.176)	(67.403)	(381.802)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	2.324	1.394	43.435	26.061	3.718	69.496

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos pelo valor presente serão baixadas de acordo com cronograma abaixo.

Período	IRPJ	CSLL	Total
2015	2.501	1.501	4.002
2016	141	85	226
2017	201	121	322
2018	427	256	683
2019	6.379	3.825	10.204
Total	9.649	5.788	15.437

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2014	484	290	774
2015	968	581	1.549
2016	968	581	1.549
2017	968	581	1.549
2018	313	188	501
Total	3.701	2.221	5.922

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2014	1.183	710	1.893
2015	2.724	1.634	4.358
2016	2.301	1.380	3.681
2017	1.919	1.151	3.070
2018	1.151	691	1.842
2019	543	326	869
A partir de 2019	8.510	5.106	13.616
Total	18.331	10.998	29.329

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(111.791)	(97.918)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(9.182)	(8.060)
Outros Valores	(982)	(586)
Total (Nota 20)	(121.955)	(106.564)

e) Lei nº 12.973, de 13.05.2014

Em 13 de maio de 2014, foi convertida na Lei nº 12.973, a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSSL, PIS/Pasep e Cofins. Com base no texto vigente estimamos que a referida Lei não acarrete efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN, e Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes é efetuada caso a caso, considerando os seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas do Banco para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) O Banco constitui provisão integral para as ações classificadas como risco de perda provável que estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) Constitui, também, provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado. Para as demandas enquadradas com risco de perda possível ou remota, não são constituídas provisões, na forma do CPC nº 25, conforme quadro comparativo das posições de 30.06.2014 e 30.06.2013, a seguir demonstrado:

Especificação	30.06.2014		30.06.2013	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1)Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	87.430	87.430	83.011	83.011
a.2) Causas Fiscais	1.264.412	36.173	1.081.158	36.262
i) Obrigação Legal	263	263	675	675
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.264.149	35.910	1.080.483	35.587
Provável	35.910	35.910	35.587	35.587
Possível	972.189	-	813.303	-
Remota ⁽¹⁾	256.050	-	231.593	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)				
b.1) Causas Trabalhistas	365.574	208.470	309.185	189.919
Provável	208.470	208.470	189.919	189.919
Possível	79.480	-	40.259	-
Remota	77.624	-	79.007	-
b.2) Causas Cíveis	3.395.962	120.677	3.231.079	100.089
Provável	120.677	120.677	100.089	100.089
Possível	696.176	-	598.597	-
Remota ⁽²⁾	2.579.109	-	2.532.393	-
b.3) Outras Causas	2.017	591	1.976	645
Provável	591	591	645	645
Possível	1.420	-	1.330	-
Remota	6	-	1	-

⁽¹⁾ O montante dos passivos contingentes relacionados às causas fiscais classificadas como risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – R\$ 113.028 (R\$ 102.819 em 30.06.2013); b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - R\$ 77.318 (R\$ 70.270 em 30.06.2013); c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – R\$ 24.292 (R\$ 22.239 em 30.06.2013). Somados os referidos processos apresentaram saldo de passivo contingente na ordem de R\$ 214.638 (R\$ 195.328 em 30.06.2013).

⁽²⁾ O montante dos passivos contingentes relacionados às causas cíveis classificadas como risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra referente a benefício de previdência complementar – Capef – R\$ 916.882, (R\$ 767.507 em 30.06.2013); b) indenização por danos morais e materiais – R\$ 244.894 (R\$ 204.967 em 30.06.2013); c) pagamento de multa e indenização por danos morais – R\$ 198.027 (R\$ 165.765 em 30.06.2013); e d) indenização por danos morais e materiais – R\$ 131.103 (R\$ 109.744 em 30.06.2013). Somados os referidos processos apresentaram saldo de passivo contingente na ordem de R\$ 1.490.906 (R\$ 1.248.013 em 30.06.2013).

- e) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação de perda é realizada, pela Superintendência Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- f) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.i têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- g) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2014, R\$ 476.970. Na posição de 30.06.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 399.253 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 30.06.2014, perfazem respectivamente, R\$ 235.193 e R\$ 159.502. Na posição de 30.06.2013, representavam, R\$ 196.871 e R\$ 133.513, respectivamente, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2014, R\$ 130.795. Na posição de 30.06.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 109.486, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa nulidade de cláusulas contratuais, bem como retirada do nome do autor dos cadastros dos órgãos. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2014, R\$ 53.063. Na posição de 30.06.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 47.963 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2014, R\$ 50.953. Na posição de 30.06.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 42.652 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2014, R\$ 36.710. Na posição de 30.06.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 30.729 com nível de risco possível.

- h) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as provisões e passivos contingentes, estão assim representados:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Demandas Trabalhistas	215.947	212.151
Demandas Fiscais	405.216	446.638
Demandas Cíveis	48.321	30.693
Total	669.484	689.482

- i) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 30.06.2014, registram-se os valores de: R\$ 11.319 (R\$ 18.787, em 30.06.2013), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Superintendência de Auditoria Interna, R\$ 13.376 (R\$ 15.528, em 30.06.2013) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 3.636 (R\$ 5.619, em 30.06.2013) referente à provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito. Encontra-se registrado ainda o valor de R\$ 1.108 de provisão para passivos contingentes de operações de crédito com recursos do FNE, adicionais às registradas na data-base, por recomendação do Banco Central.

j) Movimentação das Provisões

j.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	84.925	82.258
Constituição	4.249	2.634
Reversão/Utilização/Baixa	(1.744)	(1.881)
Saldo Final (Nota 16.d)	87.430	83.011
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	280	655
Constituição	23	20
Reversão/Utilização/Baixa	(40)	-
Saldo Final (Nota 22.d)	263	675
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	32.867	35.432
Constituição	3.044	1.175
Reversão/Utilização/Baixa	(1)	(1.020)
Saldo Final (Nota 22.d)	35.910	35.587
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	198.291	179.319
Constituição	14.959	17.664
Reversão/Utilização/Baixa	(4.780)	(7.064)
Saldo Final (Nota 16.i)	208.470	189.919
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	105.499	106.080
Constituição	27.085	21.796
Reversão/Utilização/Baixa	(11.907)	(27.787)
Saldo Final (Nota 16.i)	120.677	100.089
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	663	258
Constituição	49	410
Reversão/Utilização/Baixa	(121)	(23)
Saldo Final (Nota 16.i)	591	645

j.2) Demais Provisões

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
i) FNE		
Saldo Inicial	2.022.091	1.820.070
Constituição	196.452	391.432
Reversão/Utilização/Baixa	(202.180)	(172.412)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.016.363	2.039.090
ii) FDNE		
Saldo Inicial	515	420
Constituição	8	80
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.i)	523	500
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.152	3.388
Constituição	162	133
Reversão/Utilização/Baixa	(186)	(1.415)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.128	2.106
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	33.685	36.195
Constituição	3.169	30.334
Reversão/Utilização/Baixa	(7.416)	(26.596)
Saldo Final (Nota 16.i)	29.438	39.933

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.06.2014	30.06.2013
Máxima	30.744,54	28.467,55
Mínima	1.148,97	1.040,44
Média	7.837,63	7.706,55

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração Semestral da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Especificação	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	400.042,63	347.350,31	23.912,91	21.138,60	23.912,91	21.138,60
Menor remuneração individual ⁽³⁾	323.917,96	268.816,51	23.912,91	21.138,60	23.912,91	21.138,60
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	386.630,59	320.646,80	23.229,10	20.762,23	23.772,16	20.685,37
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	5	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 61ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 95ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 28.03.2014.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2014, o número de funcionários do Banco totalizava 6.863 (6.303 em 30.06.2013), registrando-se um acréscimo de 8,88% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A proposta de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no semestre, corresponde a R\$ 22.006 (R\$ 13.502 em 30.06.2013), equivalente a 6,75% do lucro líquido do semestre (6,75% em 30.06.2013) e a 20,27% (7,66% em 30.06.2013) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do 1º semestre.

Em maio de 2014, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 25.764, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2013, que somados à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados no período corrente, no valor de R\$ 22.006 e à PLR dos administradores, no valor de R\$ 1.060 (R\$ 140 em 30.06.2013), correspondem às despesas registradas até 30.06.2014, no valor total de R\$ 48.830 (R\$ 14.082 em 30.06.2013).

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Capef, Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente ponderada ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, em média, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade contribuição definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade benefício definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

Os planos BD, CVI e Natural estão expostos, principalmente, aos riscos de investimento, taxa de juros, longevidade e despesas administrativas. Os planos CV I e Natural ainda estão expostos ao risco de evolução salarial e os planos BD e Natural à opção pelo benefício no que tange à postergação de sua entrada em aposentadoria.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2014, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2013, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na posição de 30.06.2014, os planos administrados pela Capef e Camed, encontram-se registrados nas demonstrações financeiras do Banco na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.101.877 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.006.531, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 95.346. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 2.294.526 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 807.351;
- ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possui características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.969 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 11.140, resultando em um superávit de R\$ 7.171, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 756.152 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 55.739, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 700.413. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 496.741 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 259.411.

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	(2.913.366)	(3.934.869)	(7.675)	(659)	(763.013)	(807.485)
2. Custo dos Juros	(171.981)	(160.246)	(473)	(27)	(45.087)	(33.267)
3. Custo do Serviço Corrente	(5.706)	(9.177)	(184)	(245)	(6.663)	(8.840)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	151.686	141.490	19	40	27.902	18.482
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(30.794)	(29.191)	-	-	(6.814)	(6.658)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	5.457	5.466	-	8	6.006	8.029
7. Remensurações de (Ganhos) Perdas Atuariais	(137.173)	436.620	4.344	(1.985)	31.517	(20.815)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(26.288)	(28.283)	3.356	(2.691)	68.829	(130.876)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	(1.785)	1.300	-	-	24.990
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(110.885)	466.688	(312)	706	(37.312)	85.071
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(3.101.877)	(3.549.907)	(3.969)	(2.868)	(756.152)	(850.554)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.835.022	3.358.234	9.019	560	40.696	56.909
2. Receita de Juros	169.273	137.238	600	38	2.520	2.539
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	29.166	27.867	252	144	17.445	15.178
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	675	1.237	253	143	8.414	7.883
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	30.794	29.191	-	-	6.814	6.658
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(5.457)	(5.466)	-	(8)	(6.006)	(8.029)
7. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(151.686)	(141.490)	(19)	(40)	(27.902)	(18.482)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	98.744	(436.477)	1.035	5.432	13.758	(13.412)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.006.531	2.970.334	11.140	6.269	55.739	49.244

⁽¹⁾ Capef - Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; Camed - Plano Natural: contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

⁽²⁾ Camed - Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros, reconhecida em "Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial".

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	30.06.2014	30.06.2013
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Período	(1.344)	-
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(127)	-
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(5.700)	-
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Período	(7.171)	(3.401)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.101.877)	(3.549.907)	(3.969)	(2.868)	(756.152)	(850.554)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	3.006.531	2.970.334	11.140	6.269	55.739	49.244
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 - item 2)	(95.346)	(579.573)	7.171	3.401	(700.413)	(801.310)
4. Efeito do Teto do Ativo	-	-	(7.171)	(3.401)	-	-
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i)	(95.346) ⁽¹⁾	(579.573) ⁽¹⁾	-	-	(700.413)	(801.310)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas para Junho/2014, no cálculo atuarial, Plano BD:01.01 a 30.06.2014: R\$ (67) e 01.01 a 30.06.2013: R\$ (106).

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Período

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(5.031)	(7.940)	69	(102)	1.751	(957)
1.1. Custo do Serviço	(5.706)	(9.177)	(184)	(245)	(6.663)	(8.840)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	675	1.237	253	143	8.414	7.883
2. Juros Líquidos	(2.708)	(23.008)	-	11	(42.567)	(30.728)
2.1. Custo dos Juros	(171.981)	(160.246)	(473)	(27)	(45.087)	(33.627)
2.2. Receita de Juros	169.273	137.238	600	38	2.520	2.539
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto do Ativo	-	-	(127)	-	-	-
3. Total (item 1 + item 2)	(7.739)⁽¹⁾	(30.948)	69⁽²⁾	(91)	(40.816)	(31.685)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas, Plano BD: R\$ 1.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais"

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Contribuições (parte CD) ⁽¹⁾	(15.335)	(9.122)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas e diferença de contribuições estimadas para Junho/2014, Plano CV I: 01.01 a 30.06.2014: R\$ (138); 01.01 a 30.06.2013: R\$ (233).

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Para os planos BD, Natural e CV I, os ganhos (perdas) atuariais decorrentes dos ajustes de experiência, incluem os efeitos do Programa de Incentivo ao Desligamento, conforme Nota 31.b. Esses efeitos foram de R\$ (27.262) (plano BD), R\$ 35 (plano CV I) e R\$ (9.998) (plano Natural), respectivamente. Os ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas financeiras, no 1º (primeiro) semestre de 2014, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2013, que passaram de 12,33% (12.2013) para 11,87% (06.2014), nos planos BD e Natural, e de 12,36% (12.2013) para 11,89% (06.2014), no plano CV I. O ganho relativo à alteração de premissa biométrica no plano CV I, refere-se à mudança de tábua de mortalidade de AT 2000 M Basic para RP 2000 Proj 2014 Unisex (70%M) (D20).

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	98.744	(436.477)	1.035	5.432	13.758	(13.412)
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre o Passivo	(137.173)	436.620	4.344	(1.985)	31.517	(20.815)
2.1. Ajustes de Experiência	(26.288)	(28.283)	3.356	(2.691)	68.829	(130.876)
2.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	(1.785)	1.300	-	-	24.990
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(110.885)	466.688	(312)	706	(37.312)	85.071
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(5.700)	(3.401)	-	-
4. Total (item 1 + item 2 + item 3)	(38.429)	143	(321)	46	45.275	(34.227)

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no período

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(78.344)	(576.635)	-	(99)	(722.317)	(750.576)
2. Contribuições do Empregador	29.166	27.867	252	144	17.445	15.178
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(7.739)	(30.948)	69	(91)	(40.816)	(31.685)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(38.429)	143	(321)	46	45.275	34.227
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.i)	(95.346) ⁽¹⁾	(579.573) ⁽¹⁾	-	-	(700.413)	(801.310)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas para Junho/2014, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2014: R\$ (67) e 01.01 a 30.06.2013: R\$ (106).

j) Alocação dos valores justos dos planos e política de investimento

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capecf e tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,75% a.a. e do plano CV I, IPCA +5,5% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Renda Fixa	83,64	85,32	90,30	72,02	26,66	6,36
Renda Variável	4,00	4,15	3,79	18,39	72,47	92,63
Investimentos Imobiliários	9,26	7,14	-	-	0,87	1,00
Investimentos Estruturados	0,28	0,32	3,73	8,29	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,80	3,06	2,18	1,30	-	-
Outros	0,02	0,01	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,22	0,25	-	-	26,66	6,36
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	1,25	0,87	-	-	0,87	1,00

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD e Natural, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)		Plano CV I (Capef)	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Tábuas de Mortalidade				
Sobrevivência de Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%	RP 2000 Proj. 2014 Unissex (70%M) (D20)	AT2000 M Basic
Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Experiência do IAPC-Fraca	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Experiência da Capef – Fraca

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original; e

⁽²⁾ A tábua de entrada em invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua de Experiência Capef original.

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)				Camed (% a.a.)	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,87	10,09	11,89	10,18	11,87	10,09
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,04	5,35	6,05	5,44	6,04	5,35
Taxa média de inflação anual	5,50	4,50	5,50	4,50	5,50	4,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	6,56	5,55	5,50	5,55	5,50	4,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	4,50	5,50	4,50	5,50	-
Taxa de evolução dos custos médicos	Não se aplica				3,41	3,38
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCTR)	Não se aplica				5,64	4,65

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano. Além disso, a taxa de inflação futura é premissa adotada na determinação da despesa a ser reconhecida no resultado do exercício.

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da “duration” dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012. A “duration” apurada para os planos Capef BD e Camed Natural é de 15,25 anos (30.06.2013) e 13,75 anos (30.06.2014) e para o plano Capef CV I é de 31,83 anos (30.06.2013) e 23,92 anos (30.06.2014).

l) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera a suavização/agravamento das tábuas biométricas de mortalidade em 1 (um) ano e a redução/aumento em 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I e Natural, bem como o aumento/decréscimo de 0,25% da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 30.06.2014.

Capec - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2014	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.101.877)	(3.033.560)	(3.168.755)	(3.036.405)	(3.169.982)
Valor Justo dos Ativos	3.006.531	3.006.531	3.006.531	3.006.531	3.006.531
Superávit (Déficit) Técnico	(95.346)	(27.029)	(162.224)	(29.874)	(163.451)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,20)	2,16	(2,11)	2,20
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(71,65)	70,14	(68,67)	71,43

Capec - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2014	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.969)	(4.176)	(3.757)	(3.771)	(4.141)
Valor Justo dos Ativos	11.140	11.140	11.140	11.140	11.140
Superávit (Déficit) Técnico	7.171⁽¹⁾	6.964	7.383	7.369	6.999
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		5,21	(5,35)	(5,00)	4,33
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(2,88)	2,96	2,77	(2,40)

(1) Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCTR		Taxa de Juros	
	30.06.2014	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(756.152)	(723.846)	(789.220)	(872.771)	(659.858)	(734.004)	(779.552)
Valor Justo dos Ativos	55.739	55.739	55.739	55.739	55.739	55.739	55.739
Superávit (Déficit) Técnico	(700.413)	(668.107)	(733.481)	(817.032)	(604.119)	(678.265)	(723.813)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,27)	4,37	15,42	(12,73)	(2,93)	3,09
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,61)	4,72	16,65	(13,75)	(3,16)	3,34

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o ano de 2014

Especificação	Capec		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Contribuições do Empregador	67.169	711	41.338
2. Despesas Administrativas	13.286	-	17.208
3. Contribuições de Empregados	1.668	711	22.352
4. Contribuições de Assistidos	65.501	-	18.986

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capec ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural
Até 1 ano	269.991	706	23.972
De 1 ano até 2 anos	266.954	816	27.141
De 2 anos até 5 anos	778.554	3.031	86.967
Acima de 5 anos	4.657.702	338.693	1.617.446
Total	5.973.201	343.246	1.755.526

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Inclusive os benefícios programados, com características de plano de contribuição definida.

n) Estimativa de despesas para o ano de 2014

Especificação	Capec		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(9.744)	343	9.027
2. Juros Líquidos	(5.416)	-	(85.135)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(15.160)	343	(76.108)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 50.714.756 (R\$ 45.516.486 em 30.06.2013) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 8.878.114 (R\$ 6.742.015 em 30.06.2013), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 375.391 (R\$ 231.693 em 30.06.2013).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2014	Provisão em 30.06.2013
AA	6.806.400	-	-
A	12.710.491	31.905	28.716
B	8.138.587	40.405	52.170
C	980.048	14.524	14.156
D	892.383	44.598	34.540
E	555.561	84.072	64.048
F	397.007	99.309	80.061
G	270.442	104.085	143.651
H	3.166.266	1.597.465	1.621.748
Total	33.917.185	2.016.363	2.039.090

- d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 529.900 (R\$ 487.840 em 30.06.2013).
- e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 653.652 (R\$ 596.632 em 30.06.2013).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.06.2014	30.06.2013
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	4	688
Proger-Urbano Investimento	017/2006	19.458	23.426
FAT - Infraestrutura	018/2006	233.472	257.238
Pronaf - Custeio	001/2007	-	36
Proger-Rural - Investimento	002/2007	158	107
Protrabalho Investimento	004/2007	168.992	163.911
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	145.324	196.558
Total		567.408	641.964

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 471.086 (R\$ 596.004 em 30.06.2013) têm custo de captação com base na taxa Selic

enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 60.656 (R\$ 36.477 em 30.06.2013).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) n° 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e

- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	6.590	167	-	-	-
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	25.081	860	4.422	33.329	37.751
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.436	2.364	27.398	157.067	184.465
Prottrabalho-Investimento	04/2007	RA	26.762	278	1.425	99.580	101.005
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	39.838	1.805	27.411	120.454	147.865
Total (Nota 13.b)			147.707	5.474	60.656	410.430	471.086

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2013		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.782	38	204	6.408	6.612
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	16.340	383	1.222	59.929	61.151
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	47.033	2.189	32.092	193.007	225.099
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	368	6	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	32	-	-	-	-
Prottrabalho-Investimento	04/2007	RA	32.713	169	1.542	121.050	122.592
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	40.503	1.264	1.417	179.133	180.550
Total (Nota 13.b)			139.771	4.049	36.477	559.527	596.004

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular n° 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2014 a 2016, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 20.12.2013. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução n° 3.988, de

30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2014	30.06.2013
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	30.655.847	30.289.588
Público	1.323.164	1.466.797
Privado	29.332.683	28.822.791
Comércio	3.444.731	3.076.495
Comércio Exterior	587.159	663.170
Habitação	242	242
Indústria	8.666.532	8.444.050
Infraestrutura	3.380.073	4.003.199
Intermediários Financeiros	2.098	124.812
Microfinança Urbana	2.378.400	1.851.272
Pessoas Físicas	208.112	219.410
Rural	6.537.732	6.429.364
Outros Serviços	4.127.604	4.010.777
Operações de Mercado	24.593.325	22.075.678
Títulos Públicos Federais	20.928.427	18.812.712
Operações Compromissadas	11.978.408	9.916.755
Outras	8.950.019	8.895.957
Depósitos Interfinanceiros	115.787	-
Outros Títulos e Valores Mobiliários	2.152.515	1.754.481
Outras Operações	1.396.596	1.508.485
Demais Ativos	3.414.129	3.204.475
Total	58.663.301	55.569.741

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.624.536 (R\$ 5.061.545 em 30.06.2013). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.608.724 (R\$ 3.400.666 em 30.06.2013). As garantias reais são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a

base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2014 (%)	30.06.2013 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	335,62	373,17
	Média dos últimos 12 meses	343,11	329,42
	Máximo dos últimos 12 meses	399,24	404,61
	Mínimo dos últimos 12 meses	273,40	236,03

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	30.06.2014				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	361.168	280.456	358.871	196.496	-
Depósitos a Prazo	19.157	701.930	1.229.498	3.628.964	3.956.996
Operações Compromissadas	1.260.288	-	-	173.575	-
Letras do Agronegócio (LCA)	588	978	27.427	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.526.376
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	81.605	326.419	3.853.154
Total	1.641.201	983.364	1.697.401	4.325.454	9.336.526
Recursos Disponíveis (Nota 5)	9.338.570				

Especificação	30.06.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	95.986	286.275	556.130	130.978	6.308
Depósitos a Prazo	22.939	206.249	1.353.847	5.053.485	3.462.967
Operações Compromissadas	934.883	-	-	57.952	-
Letras do Agronegócio (LCA)	4.250	8.792	13.333	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.360.703
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	76.554	306.217	3.691.228
Total	1.058.058	501.316	1.999.864	5.548.632	8.521.206
Recursos Disponíveis (Nota 5)	8.083.857				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponível aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	8.248.812	8.239.058	(9.754)	8.229.552	(19.261)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	50.832	49.198	(1.634)	47.505	(3.327)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	1.764	1.762	(2)	1.760	(4)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	877.984	822.845	(55.139)	773.301	(104.683)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(294.794)	(333.586)	(38.792)	(378.700)	(83.906)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	521.835	458.277	(63.558)	403.600	(118.235)
Cupom de TR	Redução do cupom	(1.975.792)	(1.976.697)	(904)	(1.976.936)	(1.143)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.222.665	4.097.384	(125.281)	3.988.243	(234.422)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	Swap DI x Pre	(1.747)	(1.729)	(1.712)
		Ativo Prefixado	4.019	3.961	3.905
		Exposição Líquida	2.272	2.232	2.193
	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.402.896	1.376.292	1.351.159
		Passivo em ME	(1.429.509)	(1.408.343)	(1.388.297)
		Exposição Líquida	(26.613)	(32.051)	(37.138)

Na data-base de 30.06.2014, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos de acordo com Arquitetura Organizacional vigente, que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 75.131 (R\$ 60.556 em 30.06.2013 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013	Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Disponibilidades	1.479	1.219	Depósitos	12.478	20.922
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.422	21.403	Relações Interdependências	2.438	3.608
Operações de Crédito	712.185	847.189	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	66.197	116.944
Outros Créditos	614.862	719.831	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.144.024	2.240.448
			Outras Obrigações	598.189	659.151
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.354.948	1.589.642	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.823.326	3.041.073
Operações de <i>Swap</i>	1.393.247	1.390.875	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.748.195	2.980.517	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.823.326	3.041.073

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março de 2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro de 2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- ii. 5,5% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- iii. 8% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos de captação capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 30.06.2014, já considerando as normas em vigor para o Basileia III, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 15,94% e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 9,28%. O PR apurado foi de R\$ 5.617.099, o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 3.181.608, enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 34.275.290. Na posição de 30.06.2013, quando vigoravam as regras do Basileia II, o índice de Basileia Amplo foi de 16,00%, o PR apurado foi R\$ 4.984.394 e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), atual RWA, foi de R\$ 3.328.934. Vale ressaltar que, na posição de 30.06.2013, as parcelas que compunham o PRE eram multiplicadas pela exigência de capital de 11%, o que deixou de ocorrer com o início da implantação do Basileia III.

Os quadros a seguir apresentam a situação no primeiro semestre de 2013, seguindo as normas do Basileia II, e a do mesmo período de 2014 em consonância com os novos requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Basileia III.

i. Situação em 30.06.2013 - Compatibilização do PR com o PRE (Basileia II)

Especificação	30.06.2013
Patrimônio de Referência (PR)	4.984.394
. Nível I	2.649.209
. Nível II	2.388.084
. Deduções	(52.899)
Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ⁽¹⁾	3.328.934
. Parcela PEPR	2.793.714
. Parcela PJUR	7.231
. Parcela PCOM	335
. Parcela POPR	527.654
Valor do RBAN	98.144
Margem (PR-PRE-RBAN)	1.557.316
Índice de Basileia (Circ. Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	16,47%
Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	16,00%

⁽¹⁾ 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

Onde:

- . PEPR: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . PJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . PCOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . POPR: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Situação em 30.06.2014 – Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2014
Patrimônio de Referência (PR)	5.617.099
. Nível I	3.181.608
. Capital Principal	3.181.608
. Nível II	2.435.491
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	34.275.290
. Parcela RWACPAD	28.711.054
. Parcela RWACAM	285.458
. Parcela RWAJUR	65.173
. Parcela RWACOM	2.882
. Parcela RWAOPAD	5.210.723
Valor do RBAN	962.878
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.846.817
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 11%)}	1.740.901
Índices de Basileia:	
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,28%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	9,28%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	16,39%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	15,94%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

iii. Detalhamento do PR – Situação em 30.06.2013 (Basileia II)

Especificação	30.06.2013
Patrimônio de Referência (PR)	4.984.394
. Nível I	2.649.209
Patrimônio Líquido	2.518.314
Reservas de Reavaliação	(21.757)
Créditos Tributários Excluídos	(6.633)
Ativo Permanente Diferido	(692)
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	159.977
. Nível II	2.388.084
Reservas de Reavaliação	21.757
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR	1.201.699
Instrumentos de Dívida Subordinada	1.390.385
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(159.977)
Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	(65.780)
. Deduções	(52.899)
Ativos Classificados como Instrumentos de Dívida Subordinada	(52.899)

iv. Detalhamento do PR – Situação em 30.06.2014 (Basileia III)

Especificação	30.06.2014
Patrimônio de Referência (PR)	5.617.099
Nível I	3.181.608
Capital Principal	3.181.608
Capital Social	2.844.000
Reservas de Lucros	397.013
Reservas de Capital e de Reavaliação	20.556
Ganhos ou Perdas Não Realizados – Avaliação Patrimonial e TVM	(47.347)
Ajustes Prudenciais	(32.614)
.Ativos Intangíveis	(1.361)
.Ativos Diferidos	(287)
.Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(30.966)
Nível II	2.435.491
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.488.290
Investimento em Outras Entidades Deduzido do Nível II	(52.799)

O ajuste prudencial referente aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, deduzidos do Capital Principal, não inclui a parcela desses créditos a que se referem os §§ 2º a 5º do artigo 5º da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, que em 30.06.2014 foi de R\$ 321.257. A referida parcela não deduzida recebe ponderação de 250% no cálculo do RWACPAD.

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192 do CMN, de acordo com o §2º do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados no artigo 28 da referida Resolução. Esses instrumentos totalizaram um valor de R\$ 1.526.376 em 30.06.2014.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, a autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado, desta feita na condição de Capital Complementar, será requerida ao Bacen após a assinatura de aditivo, cujas bases já foram negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, de acordo com o determinado no artigo 28 da Resolução nº 4.192, do CMN, na apuração do Nível II do PR, está sendo considerado somente o valor de R\$ 961.914 que representa 80% de R\$ 1.202.392 que era o saldo do referido instrumento na posição de 31.12.2012. O restante no valor de R\$ 240.478 é excluído do cálculo para o atendimento do disposto na citada Resolução.

v. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.617.099	4.984.394
Limite para Imobilização	2.808.550	2.492.197
(-) Situação	211.000	228.353
Margem	2.597.550	2.263.844
Índice de imobilização	3,76%	4,58%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	387.913	416.781
Total	387.913	416.781

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	471.086	596.004
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.673.048	1.682.879
Tesouro Nacional	657	793
BNDES	1.498.698	1.505.697
Finame	173.693	176.389
Outras Obrigações	11.692.268	9.336.234
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	8.885.234	6.744.150
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.280.658	1.201.699
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.526.376	1.390.385
Total	13.836.402	11.615.117

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Passivos	795.692	1.380.777
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano BD (Nota 16.i)	95.279	579.467
Benefícios Pós-Emprego Camed Plano Natural (Nota 16.i)	700.413	801.310
Total	795.692	1.380.777

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Benefícios de Curto Prazo	2.716	2.371
Honorários	1.729	1.733
Diretoria	1.463	1.498
Conselho de Administração	139	114
Conselho Fiscal	127	121
Outros	180	108
Participação no Lucro	807	530
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.716	2.371
Benefícios Pós-Emprego	127	108
Total	2.843	2.479

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2013
Lucro Líquido	326.012	200.028
Outros Resultados Abrangentes	(39.740)	(238.492)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(76.377)	(336.405)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	30.551	134.562
Realização da Reserva de Reavaliação	748	1.912
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(1.186)	(765)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	6.524	(37.796) ⁽¹⁾
Resultado Abrangente	286.272	(38.464)

⁽¹⁾ Em 30.06.2013 inclui R\$ 3.759 de perda atuarial do plano CV I cujo valor foi ajustado em 11.2013.

NOTA 31 - Outras Informações**a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Créditos Abertos para Importação	114.510	88.664
Créditos Exportação Confirmados	58.500	-
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	10.450	30.451
- FNE	17.111.898	16.096.725
- Outras Entidades	85.540	82.058
Coobrigações em Cessões de Crédito	22.617	26.112

b) Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

O Conselho de Administração do Banco aprovou o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), com período de adesão de 24.02.2014 a 31.03.2014. Ao final do prazo, 541 funcionários aderiram ao programa, totalizando uma despesa com provisão de R\$ 101.541.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 8 de agosto de 2014.

Fortaleza, 8 agosto de 2014.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 - F

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao primeiro semestre de 2014, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Parecer dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Fortaleza (CE), 8 de agosto de 2014.

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º Semestre de 2014

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB é um órgão instituído na forma da Resolução CMN nº 3.198/2004, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do BNB. O seu Regimento Interno está disponível no endereço www.bnb.gov.br, área de Relação com Investidores/Acionistas.

O Comitê de Auditoria desenvolveu diversas atividades durante o período em pauta, com destaque para: ações para atender demandas do Conselho de Administração; acompanhamento da implementação das recomendações emitidas pelas Auditorias Interna e Externa e pelos órgãos de controle externo; encontros com a Diretoria Executiva e diversas Superintendências para tratar de assuntos de suas competências; reuniões com órgãos de controle externo para tratar de apontamentos específicos de cada um; participação dos membros do Comitê como convidados nas reuniões do Conselho Fiscal; reuniões quinzenais com a Auditoria Interna para avaliação do desenvolvimento dos trabalhos de auditoria e para tratar de temas específicos de outras áreas.

Considerando que compete: à Auditoria Externa revisar as demonstrações contábeis e outros trabalhos em conformidade com as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estas, aquelas da Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Federal de Contabilidade e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, além das normas infralegais; e à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir a adequação do ambiente de controles internos e das normas e procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes, o Comitê de Auditoria revisou as demonstrações contábeis e avaliou a efetividade das auditorias interna e externa e do sistema de controles internos e concluiu que:

- a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil tem-se mostrado capaz de identificar fatores adversos e permitir ações corretivas pelos gestores e administradores. As fragilidades encontradas não comprometem a saúde econômica e financeira do Banco no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. Contudo, é importante que o Banco continue investindo nas ações de otimização dos processos corporativos, de modernização das soluções de tecnologia da informação e de adequação das políticas de provimento e capacitação de pessoas;
- b) A Auditoria Interna exerceu suas atribuições com satisfatória efetividade no período, buscando cumprir o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco e pela Controladoria-Geral da União. Todavia, a realização programada no PAINT – 2014 para o 1º Semestre ficou aquém do planejado, o que implicará um maior esforço no 2º Semestre para cumprir toda a

programação anual;

- c) Não foram percebidos fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação da ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES na prestação dos serviços de auditoria com ela contratados; e
- d) As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 08 de agosto de 2014.

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2014

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		30.06.2014	30.06.2013			30.06.2014	30.06.2013
CIRCULANTE		16.843.158	14.378.182	CIRCULANTE		45	42
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	2.915.522	899.021	Obrigações Diversas		45	42
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.962.592	5.842.994	Provisões para Pagamentos a Efetuar		45	42
CRÉDITOS VINCULADOS		4.732	3.225				
Crédito Rural - Proagro a Receber		4.732	3.225	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 4.c)	50.714.756	45.516.486
DEVEDORES POR REPASSES		73.861	71.011	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
Devedores por Repasses-Outras Instituições		73.861	71.011	No Semestre		3.268.259	2.983.160
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	7.879.194	7.559.553	Em Exercícios Anteriores		48.734.497	43.156.154
Financiamentos		3.288.295	2.674.469	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(1.093.628)	(316.764)
Financiamentos a Exportação		51.127	98.218	RESULTADO DO SEMESTRE		(194.372)	(306.064)
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		542.751	561.433				
Financiamentos Agroindustriais		249.027	205.177				
Financiamentos Rurais		4.499.047	4.902.728				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(751.053)	(882.472)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.7)	7.120	2.135				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito		7.120	2.135				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	137	243				
Títulos de Cobertura do Proagro		4	4				
Títulos da Dívida Agrária		219	271				
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(86)	(32)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.871.643	31.138.346				
CRÉDITOS VINCULADOS		2.148	2.841				
Crédito Rural - Proagro a Receber		2.148	2.841				
DEVEDORES POR REPASSES		1.662.624	1.527.415				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.526.376	1.390.385				
Devedores por Repasses-Outras Instituições		136.248	137.030				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	32.205.882	29.607.124				
Financiamentos		14.125.120	12.370.865				
Financiamentos a Exportação		0	1.972				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		4.626.285	5.083.166				
Financiamentos Agroindustriais		851.725	915.189				
Financiamentos Rurais		12.602.752	11.235.932				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	989	966				
Títulos da Dívida Agrária		1.450	1.437				
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(461)	(471)				
TOTAL DO ATIVO		50.714.801	45.516.528	TOTAL DO PASSIVO		50.714.801	45.516.528

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

(Valores em R\$ Mil)

		1º sem/2014	1º sem/2013
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 6.i)	522.157	467.215
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	375.391	231.693
De Reversão de Provisões Operacionais.....		46	68
DESPESAS	(Nota 4.a.8)		
De Administração.....		(653.652)	(596.632)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(115.767)	(83.820)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(322.502)	(324.525)
De Auditoria.....		(45)	(63)
PREJUÍZO NO SEMESTRE		(194.372)	(306.064)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
DOS EM 31.12.2012.....	43.156.154	(308.028)	42.848.126
Transferências da União no Semestre.....	2.983.160	-	2.983.160
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(8.736)	(8.736)
Prejuízo do Semestre.....	-	(306.064)	(306.064)
SALDOS EM 30.06.2013.....	46.139.314	(622.828)	45.516.486
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	2.983.160	(314.800)	2.668.360
SALDOS EM 31.12.2013.....	48.734.497	(1.091.905)	47.642.592
Transferências da União no Semestre.....	3.268.259	-	3.268.259
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.723)	(1.723)
Prejuízo do Semestre.....	-	(194.372)	(194.372)
SALDOS EM 30.06.2014.....	52.002.756	(1.288.000)	50.714.756
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	3.268.259	(196.095)	3.072.164

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2014	30.06.2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Semestre.....	(194.372)	(306.064)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	322.502	324.525
Reversões de Provisões Operacionais.....	(46)	(68)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	18	38
Lucro do Semestre Ajustado.....	128.102	18.431
Créditos Vinculados.....	(524)	1.147
Devedores por Repasses.....	(68.688)	(46.791)
Operações de Crédito.....	(1.356.194)	(2.737.619)
Outros Créditos.....	(20)	(45)
Outros Valores e Bens.....	205	220
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(1.723)	(8.736)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(1.298.842)	(2.773.393)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União.....	3.268.259	2.983.160
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	3.268.259	2.983.160
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.969.417	209.767
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre.....	6.908.697	6.532.248
No fim do Semestre.....	8.878.114	6.742.015
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.969.417	209.767

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2014 e de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 – Fiscalização	

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5% a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco na forma da legislação.

A Medida Provisória nº 581, de 20.09.2012, convertida na Lei nº 12.793, de 02.04.2013, em seu Artigo 3º alterou o Artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, atribuindo ao Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, a responsabilidade pela definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência nas operações do FNE, os quais poderão ser diferenciados em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento. Com base nesse dispositivo legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.149, de 25.10.2012, fixou em 2,94% a.a. os encargos financeiros sobre os financiamentos com recursos do FNE, e em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as operações contratadas de 01 de outubro de 2012 a 31.12.2012, exceto para os beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Ainda com base nesse instrumento legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.181, de 07.01.2013, fixou em 3,53% a.a. os encargos financeiros para os financiamentos com recursos do

FNE contratados no período de 01.01.2013 a 30.06.2013, e em 4,12% a.a. os encargos para os financiamentos contratados no período de 01.07.2013 a 31.12.2013, estabelecendo em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as parcelas pagas até as datas dos respectivos vencimentos, não se aplicando tais encargos financeiros aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Por meio da Resolução nº 4.297, de 30.12.2013, o Conselho Monetário Nacional definiu os encargos financeiros para as operações realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, a taxas que variam de 5,3% a 8,83% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Para os demais setores, fixou taxas que variam de 5,3% a 12,36% a.a., de acordo com a finalidade do crédito e a receita bruta anual do empreendimento financiado. O bônus de adimplência foi fixado em 15% ao ano, sobre os encargos financeiros, para as parcelas das dívidas pagas até os respectivos vencimentos. Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em Lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento) para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a.;
 - Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio.

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Disponibilidades	2.915.522	899.021
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.962.592	5.842.994
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.878.114	6.742.015

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

b.3) A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.

b.4) A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecir – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

b.5) A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.

b.6) A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.

b.7) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

b.8) Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decendialmente;
- retornos e resultados operacionais; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	30.06.2014			30.06.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	17.043.842	369.573	17.413.415	14.684.825	360.509	15.045.334
Financiamentos à Exportação	46.999	4.128	51.127	97.146	3.044	100.190
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.169.036	-	5.169.036	5.644.599	-	5.644.599
Financiamentos Agroindustriais	1.051.495	49.257	1.100.752	1.082.319	38.047	1.120.366
Financiamentos Rurais	16.217.189	884.610	17.101.799	15.132.417	1.006.243	16.138.660
Subtotal	39.528.561	1.307.568	40.836.129	36.641.306	1.407.843	38.049.149
Repasses ao BNB	1.526.376	-	1.526.376	1.390.385	-	1.390.385
Repasses a Outras Instituições	210.109	-	210.109	208.041	-	208.041
Total da Carteira	41.265.046	1.307.568	42.572.614	38.239.732	1.407.843	39.647.575
Provisão	(404.704)	(346.349)	(751.053)	(541.546)	(340.926)	(882.472)
Total Líquido ⁽¹⁾	40.860.342	961.219	41.821.561	37.698.186	1.066.917	38.765.103

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2014			30.06.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos Agroindustriais	1.409	-	1.409	1.325	-	1.325
Financiamentos Rurais	254.142	8.953	263.095	237.932	8.839	246.771
Subtotal	255.551	8.953	264.504	239.257	8.839	248.096
Repasses ao BNB	1.526.376	-	1.526.376	1.390.385	-	1.390.385
Repasses a Outras Instituições	157.119	-	157.119	151.543	-	151.543
Total da Carteira	1.939.046	8.953	1.947.999	1.781.185	8.839	1.790.024
Total Líquido ⁽¹⁾	1.939.046	8.953	1.947.999	1.781.185	8.839	1.790.024

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2014			30.06.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	16.977.411	358.075	17.335.486	14.618.976	343.242	14.962.218
Financiamentos à Exportação	46.999	4.128	51.127	97.146	3.044	100.190
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.169.036	-	5.169.036	5.644.599	-	5.644.599
Financiamentos Agroindustriais	980.302	41.953	1.022.255	1.009.698	29.926	1.039.624
Financiamentos Rurais	9.399.060	403.586	9.802.646	9.140.862	506.681	9.647.543
Subtotal	32.572.808	807.742	33.380.550	30.511.281	882.893	31.394.174
Total da Carteira	32.572.808	807.742	33.380.550	30.511.281	882.893	31.394.174
Provisão	(57.801)	(180.359)	(238.160)	(104.428)	(174.859)	(279.287)
Total Líquido ⁽¹⁾	32.515.007	627.383	33.142.390	30.406.853	708.034	31.114.887

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2014			30.06.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	66.431	9.556	75.987	65.849	15.337	81.186
Financiamentos Agroindustriais	69.385	7.077	76.462	70.865	7.931	78.796
Financiamentos Rurais	6.466.855	366.750	6.833.605	5.648.424	394.348	6.042.772
Subtotal	6.602.671	383.383	6.986.054	5.785.138	417.616	6.202.754
Repasse a Outras Instituições	52.990	-	52.990	56.498	-	56.498
Total da Carteira	6.655.661	383.383	7.039.044	5.841.636	417.616	6.259.252
Provisão	(346.903)	(165.990)	(512.893)	(437.118)	(166.067)	(603.185)
Total Líquido ⁽¹⁾	6.308.758	217.393	6.526.151	5.404.518	251.549	5.656.067

a.5) Carteira com Risco Integral do Procerá

Financiamentos	30.06.2014			30.06.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	1.942	1.942	-	1.930	1.930
Financiamentos Agroindustriais	399	227	626	431	190	621
Financiamentos Rurais	97.132	105.321	202.453	105.199	96.375	201.574
Subtotal	97.531	107.490	205.021	105.630	98.495	204.125
Total da Carteira	97.531	107.490	205.021	105.630	98.495	204.125
Total Líquido ⁽¹⁾	97.531	107.490	205.021	105.630	98.495	204.125

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao Procerá; e
- nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procerá;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.

c) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	797.207	892.027
. Risco Integral do FNE	534.646	604.540
. Risco Compartilhado	262.561	287.487
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	322.451	324.553
Provisão Líquida por Deságio—Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322	-	38
. Risco Integral do FNE	-	38
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	322.451	324.515
. Risco Integral do FNE	147.405	163.145
. Provisão por Atraso/Renegociações	152.868	167.689
. Ajustes de Provisão por Deságio	(5.463)	(4.544)
. Risco Compartilhado	175.046	161.370
. Provisão por Atraso/Renegociações	177.366	173.911
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(2.320)	(12.541)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	368.605	334.108
. Risco Integral do FNE	169.158	164.537
. Risco Compartilhado	199.447	169.571
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	751.053	882.472
. Risco Integral do FNE	512.893	603.185
. Risco Compartilhado	238.160	279.287

- d) Considerando que é de responsabilidade do Procerca o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- e.1)** para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do semestre estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e
- e.2)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 31.716 (redução de R\$ 22.596 em 30.06.2013), sendo R\$ 29.308 (redução de R\$ 18.557 em 30.06.2013) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.408 (redução de R\$ 4.039 em 30.06.2013) às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 14.115 (redução de R\$ 12.596 em 30.06.2013) resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 12.927 (redução de R\$ 9.611 em 30.06.2013) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 1.188 (redução de R\$ 2.985 em 30.06.2013) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2)** para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 11.834 (R\$ 14.453, em 30.06.2013) sendo R\$ 8.487 (R\$ 7.474 em 30.06.2013) referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 3.347 (R\$ 6.979 em 30.06.2013) às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 5.277 (R\$ 4.874 em 30.06.2013) decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 4.310 (R\$ 2.291 em 30.06.2013) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 967 (R\$ 2.583 em 30.06.2013) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- g) Em 30.06.2014, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 19.340 (R\$ 50.284 em 30.06.2013), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

- h) As renegociações formalizadas no período, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, reduziram o resultado do Fundo em R\$ 33.534 (R\$ 27.553 em 30.06.2013). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	33.633	39.737
Despesas - Bônus e Dispensas	(122.815)	(119.113)
Efeito Líquido em Provisões	55.648	51.823
Total	(33.534)	(27.553)

- i) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Rendas de Operações de Crédito	1.472.294	1.426.401
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(529.900)	(487.840)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.761)	(1.825)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(8.879)	(980)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(108.803)	(101.764)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(284.738)	(348.530)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(5.687)	(6.406)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(1.299)	(762)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001.	(1)	(3)
Operações do FNE Honradas pelo BNB – Rebate/Recálculo Res. 4.298/4.299	(50)	-
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006.	(91)	(26)
Despesas com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010.	-	(153)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013.	(1.379)	(1.420)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010.	(6)	(48)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013.	(7.543)	(9.414)
Baixa de Valores Contábeis Excedentes sobre Recebimento de Bens	-	(15)
Total	522.157	467.215

j) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- j.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- j.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea j.1 precedente.
- j.3)** No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 201.897 (R\$ 172.414 no primeiro semestre de 2013), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

k) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- k.1)** renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- k.2)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- k.3)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecir – Fase III;
- k.4)** reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;
- k.5)** reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT; e
- k.6)** reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de

financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 284 (R\$ 650 no primeiro semestre de 2013), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Artigo 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	269	165
Artigo 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	15	485
Total	284	650

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 1.008 (R\$ 3.986 no primeiro semestre de 2013), conforme a seguir discriminado:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Artigo 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos de Outras Fontes/FNE)	754	2.747
Artigo 31 (Operações do FAT)	254	1.239
Total	1.008	3.986

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 30.06.2014, de R\$ 1.723 (R\$ 8.736 em 30.06.2013), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	30.06.2014	30.06.2013
Recursos Disponíveis	811.490	528.458
Recursos Aplicados	714.886	861.927
Total	1.526.376	1.390.385

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 8 de agosto de 2014.

A Diretoria

Obs: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 8 de agosto de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 - F

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Demetrius Ferreira e Cruz – Fabrício da Soller – Martim Ramos Cavalcanti – Nelson Antonio de Souza – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Nelson Antonio de Souza (Presidente) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Isaias Matos Dantas (Diretor de Administração e Tecnologia da Informação e Diretor de Controle e Risco em exercício) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: André Proite (Presidente) - Maria Teresa Pereira Lima – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Marco Antônio Fiori – Raimundo Lourival de Lima

COMITÊ DE AUDITORIA: Otho Cezar Miranda de Carvalho (Presidente) – Josélia Cristina Nogueira de Araújo Almeida (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

SUPERINTENDENTE: José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7
